



CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

ESCOLA SUPERIOR
POLITÉCNICO SETÚBAL

ANA TERESA
RODRIGUES
VIZINHO

A POLÍTICA DOS R'S E OS ODS NA CONTRIBUIÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR NO DISTRITO DE SETÚBAL

Relatório de Dissertação do Mestrado em
Ciências Empresariais – Ramo Gestão de PME

ORIENTADOR

Professora Doutora Sandrina Berthault Moreira

Professora Doutora Raquel Ferreira Pereira

Data da realização da prova (21/11/2023)

PÁGINA EM BRANCO

ANA TERESA
RODRIGUES
VIZINHO

**A POLÍTICA DOS R'S E OS ODS NA
CONTRIBUIÇÃO PARA A
ECONOMIA CIRCULAR EM
ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO
SETOR NO DISTRITO DE SETÚBAL**

JÚRI

Presidente: (Doutora Ana Rolo, ESCE)

Orientador: (Doutora Sandrina Moreira, ESCE)

Arguente: (Doutora Boguslawka Sardinha, ESCE)

Data da realização da prova (21/11/2023)

PÁGINA EM BRANCO

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao IPS, nomeadamente à ESCE, a oportunidade de elaborar este trabalho, e explorar uma temática ligada à economia e à sustentabilidade.

Agradeço às minhas orientadoras, a Professora Doutora Sandrina Berthault Moreira e Professora Doutora Raquel Ferreira Pereira, toda a ajuda dada ao longo deste processo.

Não posso deixar de agradecer a disponibilidade do Professor Aníbal Júdice Guerreiro Cabanita Vieira (docente de Estatística na ESCE) pelo auxílio na interpretação dos dados estatísticos obtidos através do software SPSS.

Finalmente, quero agradecer ao meu marido pelo incentivo, colaboração e paciência durante a execução desta Tese.

PÁGINA EM BRANCO

Resumo

O presente estudo tem como objetivo investigar de que forma as Organizações do Terceiro Setor do Distrito de Setúbal se enquadram numa Economia Circular e aplicam a política dos R's da sustentabilidade. Motivada pela inexistência de estudos anteriores que relacionem Economia Social, Economia Circular, Política dos R's e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aplicáveis à Economia Social (ES) no Distrito de Setúbal, surgiu a pergunta de partida: de que forma as Organizações sem fins lucrativos e de utilidade pública, se preocupam com o cumprimento dos objetivos da nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” publicada em 2015 pela Organização da Nações Unidas (ONU) e a serem cumpridos até 2030. As organizações consideradas na Lei de Base da Economia Social Portuguesa foram as escolhidas como objeto de estudo, tendo sido enviado um inquérito por questionário a uma amostra aleatória de 100 organizações do Distrito de Setúbal, obtida pelo cruzamento de uma listagem da Segurança Social com a listagem da Autoridade Tributária referente a entidades que recebem a consignação dos 0.5 % do IRS. As questões incidiram sobre a política dos 10 R's da sustentabilidade e de que forma os ODS são relevantes para a sua missão. Os dados recolhidos permitem, concretamente, ter uma perceção das atitudes das Organizações inquiridas em relação à política dos R's – para além dos 3 iniciais (Reduzir, Reutilizar, Reciclar), também dos 7 posteriores (Recusar, Repensar, Reparar, Reintegrar, Respeitar, Responsabilizar-se, Repassar) referenciados pela Agência de Avaliação Ambiental Holandesa e adotados no Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal –, dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e se promovem a sua aplicação no desenvolvimento da sua atividade. A análise destes dados pretende entender de que forma o Terceiro Setor contribui para a Economia Circular através da implementação da política dos R's e dos ODS, e perceber se os resultados obtidos no questionário corroboram os resultados do Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES) de 2018 elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE), com a colaboração da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e a Conta Satélite 2019/2020. Após efetuar a análise dos dados, foi determinado que o número de respostas, apesar de reduzido, mostra uma tendência para lidar essencialmente com o que afeta as organizações no seu dia a dia, e as pessoas que nelas trabalham. No entanto, se compararmos as respostas referentes ao que é efetuado na organização com as suas preocupações concluímos que maioria das respostas não se complementam. Existem diferenças entre atuar e preocupar, podendo esta diferença ser entendida pelos motivos explicitados pelos respondentes relativamente a falta de apoio monetário e de formação. Estes dados estão de acordo com as informações extraídas do ISES, nomeadamente o baixo nível de certificação das entidades da ES, a sua falta de iniciativas com vista à sustentabilidade e a fraca adesão destas organizações aos ODS.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Economia Circular, Política dos R's da Sustentabilidade, ODS, Economia Social.

PÁGINA EM BRANCO

Abstract

The present study aims to investigate how Third Sector Organizations in the District of Setúbal fit into a Circular Economy framework and apply the sustainability R's policy.

Motivated by the lack of previous studies that relate Social Economy, Circular Economy, R's Policy and the SDGs applicable to the Social Economy (SE) in the District of Setúbal, the starting question arose: how non-profit and public benefit organizations care about with the fulfillment of the objectives of the new Sustainable Development Agenda entitled "Transforming Our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development" published in 2015 by the United Nations (UN) and to be fulfilled by 2030. The organizations named in the Basic Law of the Portuguese Social Economy were chosen as the object of study, with a questionnaire survey being sent to a random sample of 100 organizations in the District of Setúbal, obtained by crossing a Social Security list with the list of the Tax Authority regarding entities that receive the 0.5% IRS consignment. The questions were focused on the 10 R's of sustainability policy and how the SDGs are relevant to its mission. The data collected specifically allows us to gain insight into the attitudes of the Organizations surveyed in relation to the R's policy (Refuse, Rethink, Repair, Reinstate, Respect, Responsibility, Restore) in addition to the initial 3 (Reduce, Reuse, Recycle). The purpose of analyzing this data is to understand how the Third Sector contributes to the Circular Economy through the implementation of the R's policy and the SDGs, and to understand whether the results obtained in the questionnaire corroborate the results of the 2018 Social Economy Sector Survey (ISES) prepared by the Portuguese National Statistics Institute (INE) with the collaboration of the António Sérgio Cooperative for the Social Economy (CASES) and the 2019/2020 Satellite Account. After analyzing the data, it was determined that the number of responses, although small, shows a tendency to respond to what affects organizations daily and the people who work in them. However, if we analyze the responses referring to what is done in the organization with the organization's concerns, we conclude that most of the responses do not complement each other. There are differences between action and concern, which can be understood by the reasons also given by the respondents for the lack of monetary support and proper training. This data is in line with the information extracted from ISES, regarding the low certification of SE entities, few initiatives aimed at sustainability and the low adherence of these organizations to the SDGs.

Keywords: Third Sector, Circular Economy, Sustainability R's Policy, SDGs, Social Economy.

PÁGINA EM BRANCO

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Índice	xi
Lista de Figuras	xiii
Lista de Tabelas	xv
Lista de Acrónimos	xvii
Capítulo 1 - Introdução	1
Capítulo 2 – Revisão da literatura	3
2.1 – Economia Social	3
2.2 – Sustentabilidade, a Política dos R’s	6
2.3 – Economia Circular e a Política dos R’s	9
2.4 – Da Política dos R’s às ODS e novamente a EC	13
2.5 – Sustentabilidade – A Dimensão Social	16
2.6 – Economia Social e os ODS	18
2.7 – Sociedade 5.0 e a Economia Social	18
2.8 – O Terceiro Setor/Economia Social em Portugal	21
Capítulo 3 – Objetivos e metodologia	41
Capítulo 4 – Apresentação e discussão dos resultados	47
4.1 – Caracterização da amostra	47
4.2 – Práticas de Sustentabilidade das organizações	51
4.3 – Política dos R’s e sua aplicação nas organizações	57
4.4 – Contributo das organizações para os ODS	63
Capítulo 5 - Conclusão e investigação futura	67
Bibliografia	71
Anexo 1 – Questionário	76
Anexo 2	94

PÁGINA EM BRANCO

Lista de Figuras

Figura 1 – Rotina dos hábitos sustentáveis.....	8
Figura 2 – A Economia Circular	10
Figura 3 – Os 10 R’s da Sustentabilidade.....	11
Figura 4 – A prioridade dos R’s.....	12
Figura 5 – Os 17 ODS	13
Figura 6 – As 3 dimensões do Tripé da Sustentabilidade	16
Figura 7 – A evolução da Sociedade	19
Figura 8 – Sociedade 5.0 e ODS	20
Figura 9 – Evolução do universo de entidades da ES nas quatro edições da CSES	23
Figura 10 – Distribuição das entidades da ES, por Distrito (2020)	24
Figura 11 – Percentagem de entidades da ES com e sem website ou página eletrónica, por família e total (2018)	25
Figura 12 – Elaboração e divulgação no website de documentos de gestão, total das entidades da ES (2018).....	26
Figura 13 – Percentagem de entidades da ES que utilizou as redes sociais - Facebook, LinkedIn, Twitter, entre outras, por família e total (2018).....	26
Figura 14 – Utilização de métodos de medição do impacto social das entidades da ES, por família e total (2018)	27
Figura 15 – Quadro resumo do ISES 2018.....	28
Figura 16 – Percentagem de entidades da ES com e sem certificação (qualidade, ambiental, responsabilidade social ou de entidade familiarmente responsável), por família e total (2018)	29
Figura 17 – Cinco principais iniciativas de responsabilidade social implementadas pelas entidades da ES, por família e total (2018).....	30
Figura 18 – Entidades da ES que criaram “quotas” para assegurar um limiar mínimo de representação por sexo, nos órgãos sociais, nos cargos dirigentes, em ambos ou em nenhum dos casos, por família e total (2018).....	31
Figura 19 – Distribuição do ganho médio horário das pessoas ao serviço nas entidades da ES, por sexo, por família e total (2014 e 2018)	32
Figura 20 – Entidades da ES que adotaram políticas de igualdade/paridade salarial entre homens e mulheres, relativamente às pessoas ao serviço, por família e total (2018).....	33
Figura 21 – VAB da indústria transformadora da ES em percentagem do PIB vs VAB da indústria transformadora nacional em percentagem do PIB (2010, 2013 e 2016).....	34
Figura 22 – Emprego da indústria transformadora da ES em percentagem do emprego total vs Emprego da indústria transformadora nacional em percentagem do emprego total (2010, 2013 e 2016)	34
Figura 23 – Proporção da remuneração dos empregados da ES no PIB vs. Proporção da remuneração nacional dos empregados no PIB (2010, 2013 e 2016).....	35
Figura 24 – Proporção da remuneração dos empregados da ES no VAB da ES (2010, 2013 e 2016).....	36
Figura 25 – Certificação ambiental, de responsabilidade social ou de entidade familiarmente responsável em entidades da ES, por família e total (2018)	37
Figura 26 – Aprovações e Pagamentos a Beneficiários diretos e finais	39
Figura 27 – Organizações que responderam ao inquérito	47
Figura 28 – Entidades financiadoras das Organizações respondentes	50
Figura 29 – Processos renováveis e naturais utilizados pela Organização.....	51
Figura 30 – Opinião das Organizações relativamente à sociedade onde se inserem e ao meio ambiente.....	53
Figura 31 – Mapa de perguntas sobre sustentabilidade.....	55
Figura 32 – Utilização energética	56
Figura 33 – Respostas aos 17 ODS	64

PÁGINA EM BRANCO

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Localização das organizações por Concelho	47
Tabela 2 – Localização das organizações por Freguesia.....	48
Tabela 3 – Distribuição pelas estruturas representativas.....	49
Tabela 4 – REDUZIR – pegada ecológica.....	55
Tabela 5 – REUTILIZAR – o que seria descartado, dando-lhe outro destino.....	55
Tabela 6 – RECICLAR – quando não tem uso ou conserto.....	56
Tabela 7 – RECUSAR – produtos que agridem a natureza.....	57
Tabela 8 – REPENSAR – atitudes diárias e consumo consciente.....	57
Tabela 9 – REPARAR – o que tem conserto.....	58
Tabela 10 – REINTEGRAR – devolver à natureza o que dela veio.....	58
Tabela 11 – RESPEITAR – a vida e os seres vivos.....	59
Tabela 12 – RESPONSABILIZAR-SE pelos seus atos e os impactos que eles causam...	59
Tabela 13 – Distribuição pelas estruturas representativas.....	60

PÁGINA EM BRANCO

Lista de Acrónimos

CASES	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
CECIS	Centro de Estudos para a Intervenção Social
CEI	Centro de Estudos Ibéricos da Guarda
CEIS	Centro para a Economia e Inovação Social
CERCI	Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas
CNES	Confederação Portuguesa de Economia Social
CNIS	Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
CSES	Conta Satélite da Economia Social
CPES	Confederação Portuguesa de Economia Social
CIRIEC	<i>Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Public, Sociale et Cooperative</i>
DS	Desenvolvimento Sustentável
EC	Economia Circular
EL	Economia Linear
ES	Economia Social
ESCE	Escola Superior de Ciências Empresariais
ESS	Economia Social e Solidária
FENACERCI	Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPS	Instituto Politécnico de Setúbal
ISS	Instituto da Segurança Social
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OSFL	Organizações Sem Fins Lucrativos
PAE	Plano de Ação para a Economia Circular
pp	Pontos percentuais
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
RPE	Resolução Parlamento Europeu
TS	Terceiro Setor
UDIPSS	União Distrital das Instituições particulares de Solidariedade Social
UE	União Europeia

PÁGINA EM BRANCO

Capítulo 1 - Introdução

O tema deste estudo pretende relacionar a Economia Social e a Economia Circular, nomeadamente perceber de que forma as organizações da Economia Social promovem uma Economia Circular através da aplicação da política dos R's e dos ODS.

Tendo como objeto de estudo as organizações sem fins lucrativos de utilidade pública do Distrito de Setúbal, pretende-se analisar como a sustentabilidade é vista e aplicada por estas últimas, e de que forma influencia a sua atividade, cumprimento da missão social, e qual é a contribuição destas organizações para os objetivos da Agenda 2030.

A Economia Social emerge com o Tratado da Economia Social publicado por *Charles Dunoyer*, na década de 30 do século XIX (Dunoyer, 1786-1862). Em Portugal a Constituição da República reflete esta ideia através da descrição do cooperativismo nos seus artigos 80º e 82º (afirmação do setor cooperativo e social como um dos três setores de propriedade dos meios de produção, a par com o setor público e o setor privado). Em 2013 foi aprovada a Lei de Bases da Economia Social que define os princípios e organizações enquadradas neste setor.

A preocupação crescente com o apoio aos cidadãos, a proteção de valores fundamentais como a saúde, a educação e a habitação, deram origem à criação das organizações sem fins lucrativos que têm como objetivo o bem-estar social. De referir, que atualmente nos referimos à Economia Social e Solidária, apesar de partirem de ramos diferentes uniram-se nos mesmos objetivos ao longo dos anos.

A partir de 1992 o mundo deixou de se preocupar só com as pessoas e passou a ter uma preocupação acrescida com a sustentabilidade. Nesta data a Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente - RIO92, lançou os pilares da sustentabilidade que tinham como objetivo a proteção do ambiente, tornando a economia mais eficiente e sustentável, modificando hábitos de consumo e de produção. As palavras-chave escolhidas foram Reduzir, Reutilizar e Reciclar (atualmente (10) são considerados para além destes os seguintes: Recusar, Repensar, Reparar, Reintegrar, Respeitar, Responsabilizar-se, Repassar). No ano 2000, em reunião dos principais líderes mundiais, foi adotada a Declaração do Milénio da ONU, um programa ambicioso para salvar o planeta e consequentemente a humanidade, referindo os Objetivos do Milénio a alcançar nos 15 anos seguintes. Em 2012, durante a RIO+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, foram aprovadas novas metas chamadas ODS, entrando em vigor em 2015 com a meta de no ano 2030 estarem concretizadas.

Em sequência dos R's da sustentabilidade surgiu a Economia Circular que pretende substituir o conceito de uma Economia Linear, e dar nova vida a todos os produtos, num conceito de circuito fechado.

Todas estas preocupações mundiais com a sustentabilidade económica, social e ambiental conduziram à pergunta de partida da presente investigação: de que forma as organizações da Economia Social percecionam estas preocupações, as implementam e as incorporam na realidade do dia a dia, no desenvolvimento da sua missão social.

Esta interrogação, motivou a elaboração de uma pesquisa junto das Organizações de Economia Social do Distrito de Setúbal, com o objetivo de perceber:

- Em que medida estas organizações aplicam a política dos R's da sustentabilidade;
- A forma como enquadrá-los numa Economia Social, capaz de promover uma Economia Circular;
- Como contribuem estas organizações para o cumprimento das metas e dos Objetivos da Agenda 2030, através da aplicação dos ODS.

Para obter resposta a esta pesquisa, elaborou-se um inquérito por questionário, enviado por correio eletrónico a um conjunto de organizações sem fins lucrativos e de utilidade pública do Distrito de Setúbal, nomeadamente:

- Cooperativas,
- Associações Mutualistas,
- Misericórdias
- Fundações,
- Instituições Particulares de Solidariedade Social (não abrangidas pelas alíneas anteriores)
- Associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- Outras entidades referidas no artigo 4^a da Lei de Bases da Economia Social (LBES).

Capítulo 2 – Revisão da literatura

A extrema importância da sustentabilidade nos dias de hoje, na busca da preservação do mundo para as gerações futuras, também deve ser pensada ao nível do setor social. Assim, importa entendermos de que forma as Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), inseridas na chamada Economia Social ou Terceiro Setor, se preocupam e têm conhecimento da política dos R's (que deram origem à Economia Circular) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

2.1 – Economia Social

A Economia Social (ES) reflete atividades cujo principal objetivo é satisfazer as necessidades sociais das populações, às quais o Estado pode estar ligado direta ou indiretamente.

O conceito de ES surgiu aproximadamente em 1830 com a publicação do Novo Tratado sobre Economia Social, ou simples exposição das causas sob a influência das quais os homens conseguem usar as suas forças com mais liberdade, ou seja, com maior facilidade e poder (Dunoyer, 1786-1862). No seu Volume 1, na sequência da Revolução Industrial iniciada nos finais do século XVIII, *Charles Dunoyer* descreve as causas que provocaram uma diminuição de salários, devido a não serem necessários trabalhadores especializados para trabalharem com as máquinas, o desemprego para quem se magoava ou não aguentava a carga de trabalho diária, e com as mulheres e crianças a trabalharem por metade do salário dos homens adultos. O trabalho era perigoso e cansativo, os trabalhadores eram explorados devido ao objetivo ser o lucro.

Garrido (2016) considera que do liberalismo ortodoxo aos socialismos utópicos não houve doutrinas sociais ou sistemas de organização política isentos de diálogo com a economia social. Os ciclos históricos da ES correspondem, em regra, à cronologia e à natureza dos regimes políticos, em que se verifica uma estreita relação, em diversos momentos tensa, entre a institucionalização de políticas sociais públicas e as dinâmicas de proteção social do mundo associativo.

A ES engloba todo um setor que incorpora OSFL, preocupadas com as necessidades básicas de alimentação, habitação, de todos os que por motivo de doença, idade, ou desemprego não conseguem pelos seus próprios meios colmatar. *Coheur* (2017) refere que a ES não é um subproduto: as organizações da ES refletem a necessidade de uma economia que concilie as

dimensões social, económica e financeira, consiga gerar riqueza e não seja apenas avaliada em termos do seu capital financeiro, mas sobretudo, pela sua preocupação social.

A Resolução do Parlamento Europeu (RSP, 2022) sobre “Um modelo para o futuro” refere a ES como um dos pilares do modelo social europeu; ao “aliar rentabilidade e solidariedade, desempenha um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, gerando capital social, promovendo a cidadania ativa, a solidariedade e um tipo de economia com valores democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica” (p. C76 E/19).

Refere, por outro lado, o Livro Branco de Social Economy Europe (2015) que “segundo a Comissão Europeia, as empresas de ES são em número de 2 milhões (isto é, 10% de todas as empresas europeias). Empregam mais de 14,5 milhões de Europeus, sejam uns 6,5% da população ativa da UE [União Europeia]” (p.3). Refere ainda este documento que “O conjunto dos autores da economia social, e particularmente os que são conhecidos por “as famílias” (cooperativas, mutualidades, associações e fundações) (...) está presente em todos os setores de atividade: serviços sociais, cuidados de saúde, seguros, banca, (...)” (p.1).

Segundo *Guélin* (1998, p.13) a economia social hoje “é composta por organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros”.

Defourny et al. (1999) resumem as várias terminologias usadas por outros autores: a expressão Terceiro Setor (TS), mesmo que imperfeita, é a que alcança maior consenso a nível internacional. Como prova disto, citam a associação *International Society for Third Sector Research*, criada em 1992. Mas, observam os autores, se olharmos para regiões geográficas específicas, outros termos são preferidos. Assim, nos EUA fala-se em *non-profit sector* ou *independent sector*, que corresponde à apelação inglesa de *voluntary organizations*. Refere ainda *Defourny* (2001) que, na Alemanha usa-se a palavra *Gemeinwirtschaft*¹ e na Suécia, *folkrörelse*² ou *association ideel*³. Segundo *Defourny et al.* (1999), o TS adquiriu uma vocação internacional, senão universal, com as expressões de Economia Social e Solidária (ESS) e de *non-profit sector*.

¹ *Economia Comunitária*

² *Movimento Popular*

³ *Associação Ideal*

Essas duas definições têm as bases teóricas mais firmes. A definição de ESS é mais ampla, pois ao lado das associações sem fins lucrativos ela inclui outro tipo de organizações: as cooperativas que existem há mais de 150 anos fazendo a separação entre empresas e Estado, e as mutualidades presentes em vários países e que desempenham um papel central na organização da saúde e da segurança social.

A pesquisa sobre a ES começou a ter maior implementação quando foi criado no *Centre International de Recherches et d'Information Sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative (CIRIEC)*, um grupo de trabalho que contou com pesquisadores de dez países e gerou um estudo teórico e comparativo sobre a ES, no ano de 1992, intitulado *Économie Sociale: entre économie capitaliste et économie publique*⁴. Este trabalho de pesquisa teve o objetivo de captar em cada país situações económicas relacionadas a um “terceiro grande setor” (Monzón, 2006; Defourny, 1992). De acordo com *Defourny*, a evolução da ES deve-se à tentativa mais que secular de criar uma esfera de atividades económicas autónomas, cujo funcionamento se baseia em valores de solidariedade e democracia (*Defourny*, 1992).

De referenciar que a ES dispõe de uma diversidade de recursos financeiros oriundos do mercado, do setor público ou de doações e também de sócios, assalariados, voluntariado, parceiros públicos e privados que implicam diferentes dinâmicas e relacionamentos com a organização.

No contexto europeu alguns países vêm conseguindo avanços no sentido do reconhecimento das organizações sociais e solidárias, pela estratégia de consolidação de um setor económico que envolve uma metodologia de Contas Satélites da Economia Social (*Barea e Monzón, 2006*). O conceito de ES está amplamente divulgado na Europa, sendo também conhecido em alguns países da Ásia, África e América Latina.

Segundo Ferreira (2009), o aparecimento das organizações do TS está relacionado com movimentos associativos que partem de iniciativas individuais de alguns agentes sociais e da cooperação comunitária.

Afirma Almeida “As características e os modos de funcionamento das Instituições do Terceiro Setor estão, igualmente, ligados às especificidades das comunidades onde estão inseridas” (Almeida, 2011, p.62).

Soares *et al* (2012), no seu estudo sobre as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) revela como as Instituições do TS são de uma extrema importância, pois, segundo os

⁴ *Economia social: entre economia capitalista e economia pública*

autores, preenchem as lacunas do Estado no que se refere às respostas sociais à população, constituindo-se assim, como um ponto crucial no equilíbrio social.

Sendo tratado como um setor específico, no contexto europeu do sistema económico utiliza-se o termo TS de uma forma mais abrangente. Este faz a ligação entre o setor privado e o setor público, configurando-se como um ponto de encontro entre o *Non-Profit Sector* e a ES, ainda que os conceitos não sejam totalmente coincidentes (*Chaves e Monzón, 2008*).

2.2 – Sustentabilidade, a Política dos R's

São várias as definições dadas à sustentabilidade. A palavra deriva do latim, “sustentare” (Vergílio) ou “sustinere” (Cícero), tudo o que é capaz de ser suportado, mantido; definição dada no dicionário português-latino (Torrinha, 1939).

O termo é utilizado há muitos anos e com diversas aplicações nas lutas pela justiça social, no conservacionismo, no internacionalismo e outros movimentos do passado. O Relatório *Brundtland* de 1987, “O Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento (CMAD), define desenvolvimento sustentável como “(...) “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, garantindo o equilíbrio entre o crescimento económico, o cuidado com o ambiente e o bem-estar social” (...)” (CMAD, 1987, p.18).

Em 2006, a UE reviu a estratégia adotada em 2001 sobre o desenvolvimento sustentável, referindo o reforço mútuo e a interligação entre o crescimento económico, a coesão social e a proteção ambiental. Em 2009 verificou que as tendências insustentáveis se mantinham e que existia uma necessidade de reforçar a sua posição, começando a integrar o Desenvolvimento Sustentável (DS) nas suas políticas de comércio e desenvolvimento. Com esta posição, o DS tornou-se um dos grandes objetivos de longo prazo da UE, com a introdução do artigo 3º, nº 3, do Tratado da União Europeia: “3. A União estabelece um mercado interno. Empenha-se no desenvolvimento sustentável da Europa, assente num crescimento económico equilibrado e na estabilidade dos preços, numa economia social de mercado altamente competitiva que tenha como meta o pleno emprego e o progresso social, e num elevado nível de proteção e de melhoramento da qualidade do ambiente. A União fomenta o progresso científico e tecnológico”.

O DS é um tema-chave, associado ao ambiente, e com a finalidade de termos uma economia ambiental que permita no futuro todos terem acesso aos mesmos recursos que temos nos dias de hoje.

Não podemos olhar a sustentabilidade de forma isolada; esta envolve e está envolvida por outras variantes que se encontram interligadas com vista ao sucesso futuro. É composta por três dimensões, a ambiental, a social e a económica, que trabalham em conjunto com a finalidade de acautelar os impactos negativos no ar, na água e no solo, o respeito pelos direitos humanos e a igualdade de oportunidades a todas as pessoas, a inclusão social, a eliminação da pobreza e o respeitar da diversidade cultural, tornar a atividade económica eficiente, viabilizar organizações para criação de riqueza e promover um emprego digno.

Lange, Busch e Delgado-Ceballos (2012) referem que a sustentabilidade pode ser vista como uma abordagem de negócio que considera, de forma equilibrada e holística, os aspetos económicos, sociais e ambientais que geram a longo prazo benefícios às gerações futuras. Cada vez mais há uma preocupação com o ambiente, a sua conservação e o seu futuro; as pessoas tornaram-se *stakeholders* na atualidade. Todos querem manter e conservar o mundo em que vivem. Almeida (2011) refere que devemos levar em consideração as opiniões e expectativas das partes interessadas, ou seja, instituições, indivíduos, empregados, utentes e suas famílias, consumidores e outras empresas que com ela interagem.

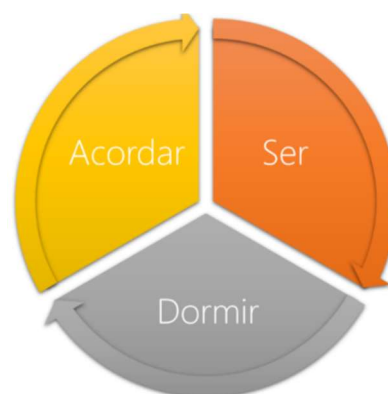
A sustentabilidade não é só responsabilidade de uma pessoa, mas de todos, principalmente das organizações que colocam os bens à disposição dos consumidores; todos eles devem ser repensados por forma a serem elaborados numa base mais sustentável. Para Campos *et al* (2013), o aparecimento do termo sustentabilidade levou a que um elevado número de empresas tivesse em consideração a sua importância como incremento de negócios, de forma que ao colocar os bens à disposição dos consumidores, todos eles devem ser repensados por forma a serem elaborados numa base mais sustentável. Encontramos também em *Nidumolu et al* (2009) que a procura da sustentabilidade deve gerar indiscutivelmente inovações nas organizações, dado que as empresas precisam reformular produtos, tecnologias e processos de modo a transformá-los em novos modelos de negócio.

Sendo as organizações compostas por pessoas, devem os seus gestores de topo, criar/modificar a forma como transmitem essa alteração aos consumidores, mostrar a sua responsabilidade e envolvimento neste contexto de sustentabilidade. *Wall e Schwarzin* (2012) afirmam que a sustentabilidade parte das pessoas envolvidas na organização e que é de grande importância a aprendizagem de conceitos que estão contidos na noção de sustentabilidade, sendo imprescindível a formação dos colaboradores.

Com vista à sustentabilidade, foram criados os seus pilares na RIO92 (Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente) surgindo, assim, a política dos 3 R's: Reduzir, Reutilizar e Reciclar - sensibilizando para a redução do consumo e produção (referindo também as disparidades dos padrões de vida) a reutilização, fomentando os produtos que se poderiam voltar a usar e não deitar fora, mas se isso fosse impossível, deveria optar-se por produtos que pudessem ser reciclados para lhes dar uma nova vida.

Os R's são propostos para fazer a ligação entre a proteção ambiental e a eficácia económica que se encontra ligada aos hábitos de consumo. São no fundo palavras que se iniciam pela letra R, seguida da letra "e", formando um prefixo "re"; este prefixo designa repetição, o que nos leva a pensar que a sustentabilidade ambiental deve ser aplicada e reaplicada através de ciclos. Todos devemos estar sensibilizados, entendendo que é necessária essa mudança urgente. Com o tempo, estudos sobre hábitos sustentáveis, referem que os mesmos se transformam em rotinas que podem ser aplicadas na nossa vida diária (ver fig. 1).

Figura 1 – Rotina dos hábitos sustentáveis



Fonte: <https://sustentabilidadeagora.com.br/habitos-sustentaveis/>

Consideramos, de seguida, alguns exemplos de rotinas sustentáveis inseridas na parte do SER:

- Descartar o lixo de forma apropriada.
- Rever os nossos hábitos alimentares.
- Usar a água conscientemente.
- Optar por energias renováveis sempre que possível.
- Utilizar versões biodegradáveis.
- Favorecer pequenos produtores locais.
- Reduzir o consumo de plásticos.
- Evitar o desperdício.

2.3 – Economia Circular e a Política dos R's.

“Há uma sobreposição entre os conceitos de Economia Circular (EC) e de desenvolvimento sustentável. Ambos remetem para a busca da forma mais favorável de equilíbrio entre três dimensões: “pessoas, planeta e prosperidade”. No entanto, a EC tem um foco mais forte na dimensão ambiental e, particularmente, na importância da redução do uso de recursos para fortalecer o capital natural. No entanto, a abordagem da EC é diferente do movimento de conservação da natureza porque oferece soluções concretas para alterar o modelo económico atual e redesenhar processos de produção e consumo. Desta forma, as práticas circulares contribuem para gerar novas oportunidades económicas e bem-estar social”, in <https://circulareconomy.pt/sobre-economia-circular/>.

A EC vem combater o modelo de Economia Linear (EL) identificado com o extrair, produzir, consumir e descartar, o que promovia o excesso de uso de recursos e da produção de resíduos. O novo conceito de economia não se encontra centralizado em apenas um autor ou escola de pensamento, o que lhe confere um carácter multidisciplinar e a sua interligação ao processo de produção e consumo.

No processo linear tradicional de produção a geração de desperdício é inevitável, uma vez que não prevê a reutilização dos resíduos. Já no pensamento circular há planeamento para a produção, de forma que o resíduo seja reutilizado no processo produtivo com a finalidade de evitar a geração de desperdícios industriais. (Souza, 2017).

A EC e a sua relação com um mundo mais sustentável tem em conta não só a redução do desperdício, mas também o limite de recursos naturais existentes no planeta. Segundo *Locactelli* (2016), o único recurso natural cuja utilização não corre o risco de afetar a disponibilidade para gerações futuras é a energia solar.

A EC, como modelo holístico, pretende assemelhar a economia aos ciclos existentes na natureza, em que baseado na Lei de Lavoisier, “*nada se cria, nada se perde, tudo se transforma*”. O conceito surgiu em 1989, em Inglaterra, num artigo dos economistas e ambientalistas *David W. Pearce* e *R. Kerry Turner* em que mostravam que a economia tradicional (linear) apenas pensava em extrair, produzir e descartar e não tinha em conta a reciclagem, sendo o ambiente considerado um reservatório de resíduos.

A política dos R's surgiu três anos depois deste artigo, com o objetivo de tornar o mundo mais sustentável e sensibilizar todo o mundo para um compromisso com a natureza, com a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU). As cimeiras sobre ambiente e a

elaboração de documentação têm contribuído para a adoção de compromissos mundiais que se vão renovando e atualizando periodicamente.

“A economia circular é um modelo de produção e de consumo que envolve a partilha, a reutilização, a reparação e a reciclagem de materiais e produtos existentes, alargando o ciclo de vida dos mesmos.” (Parlamento Europeu, 2018, p. 4) (ver fig. 2).

Figura 2 – A Economia Circular



Fonte: <https://recicla.club/economia-circular-entenda-o-que-e-e-os-seus-principais-beneficios/>

A EC surge com medidas benéficas para o ambiente; para além da reciclagem, pretende o uso eficiente para todos os recursos de forma a diminuir as emissões de gases com efeito de estufa, a diminuição da pegada ecológica, abertura a um novo espaço para a inovação e tecnologia, gerando novos empregos e o aumento de competitividade.

A Agência de Avaliação Ambiental Holandesa (PBL), surgiu com 10 R's, colmatando desta forma políticas de sustentabilidade não incluídas nos três primeiros de 1992 (ver fig. 3).

Figura 3 – Os 10 R's da Sustentabilidade



Fonte: <http://www.sustentaacoes.com/2014/10/os-10-rs-da-sustentabilidade.html>

Assim surgem novas palavras:

- **Recusar** – produtos que agridem a natureza e não respeitam a legislação ambiental.
- **Repensar** – atitudes diárias e consumo consciente.
- **Reduzir** – pegada ecológica.
- **Reutilizar** – o que seria descartado dando-lhe outro destino.
- **Reparar** – o que tem concerto.
- **Reciclar** – quando não tem uso ou concerto.
- **Reintegrar** – devolver à natureza o que dela veio. Exemplo: Compostagem de lixo orgânico.
- **Respeitar** – a vida e os seres vivos, as pessoas, o seu trabalho e escola, o ambiente e a natureza.
- **Responsabilizar-se** – pelos seus atos e os impactos que eles causam.
- **Repassar** – os conhecimentos que podem ajudar a tornar o mundo melhor e sustentável.

A *Amsterdam Economic Board*, no seu site intitulado “Iniciar uma mudança positiva todos os dias, isso me dá energia”, refere que existem níveis de circularidade para os R's e ordena-os por ordem de prioridade, para em 2030 termos uma economia verdadeiramente circular (ver fig. 4).

Figura 4 – A prioridade dos R's



Fonte: <https://amsterdameconomicboard.com/> - Nível de circularidade: 10Rs (After Cramer, 2015)

A educação possibilitará mudança de valores, atitudes e comportamentos essenciais para enfrentar os desafios na busca pelo desenvolvimento sustentável, conforme Unesco (2005). Não é possível sustentar processos de desenvolvimento, padrões de produção e consumo não sustentáveis. A sociedade educada em relação aos seus direitos e responsabilidades é que facilitará o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável "(...) "sociedade, meio ambiente e economia estão interconectados entre si pela dimensão cultural, uma característica do desenvolvimento sustentável" (...) (Unesco, 2005, p. 40).

Apesar de toda a sensibilização promovida na educação, desde o ensino pré-primário, verifica-se que estes hábitos de sustentabilidade não são aceites por todos, a sua integração quer a nível social, quer a nível organizacional, têm sido muito lentamente introduzidos, mas o tempo esgota-se.

Na ESS, Moreau refere que a aplicação prática da reciclagem pode levar a estratégias de EC mais robustas para objetivos ambientais e sociais (Moreau et al, 2017), incluindo a proteção da saúde dos trabalhadores, uma redução de custos e uma maior competitividade.

Em 2017, é criado o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC) através da Resolução do Conselho de Ministros nº 190- A/2017, publicada no Diário da República nº 236, de 11 de dezembro de 2017. Este documento considera o conceito de EC de estratégico por substituir o conceito de "fim de vida". Em sequência desta resolução foi também criado o portal ECO.NOMIA, para divulgação de informações nacionais e internacionais sobre EC. O

documento refere ações macro, meso e micro para a aplicação dos indicadores de EC, nomeadamente, incentivar um mercado circular, educar para a economia circular, alimentar sem sobrar, nova vida aos resíduos, regenerar recursos: água e nutrientes, entre outros, assim como a sua calendarização.

2.4 – Da Política dos R's às ODS e novamente a EC

Como acima referido, a Política dos R's surgiu em 1992, dando origem no ano de 2000 aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), e no ano de 2012, aos ODS. Em setembro de 2015, altos representantes das Nações Unidas reuniram-se com chefes de Estado e de Governo dos 193 países membros, em Nova Iorque e adotaram oficialmente a nova agenda de Desenvolvimento Sustentável, intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Os ODS são parte integrante desta Agenda 2030 e visam a mudança de mentalidades, através de ações coordenadas pelos governos, empresas e sociedade civil para alcançar os 17 ODS e as suas 169 metas (ver fig. 5). Entraram em vigor em janeiro de 2016 e espera-se que sejam cumpridos até 31 de dezembro de 2030.

Figura 5 – Os 17 ODS



Fonte: <https://creast.network/landing/ods-agenda-2030/>

A EC como paradigma de sustentabilidade tem vindo a adquirir o seu espaço na aplicação dos ODS, mais concretamente em alguns dos objetivos definidos pela ONU em 2015.

Num estudo elaborado por *Schroeder et al* (2018), os autores demonstram a relevância da EC na aplicação dos ODS e das suas metas, dividindo-as em categorias e na pontuação obtida em cada grupo. Os autores concluem que: As relações e sinergias mais fortes entre as práticas de EC e as metas dos ODS estão no ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 7 (Energia Acessível e Renovável), ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) e ODS 15 (Proteção da Vida Terrestre), com pontuações altas para contribuições diretas quanto indiretas. Por outro lado, ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero) e ODS 14 (Proteção da Vida Marinha) são impactados pelas práticas de EC, principalmente de forma indireta. Relativamente às metas do ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 13 (Ação Climática), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes) e ODS 17 (Parcerias para os Objetivos), estas mostram uma relação entre si na medida em que o progresso nas metas contribuiria positivamente para a adoção de práticas de EC globalmente.

Estas interligações mais ou menos fortes contribuem para uma aplicação da EC, o que se traduz na sustentabilidade a nível global.

Como referência de ligação aos R's, encontramos neste mesmo artigo (*Schroeder et al*, 2018) a sinergia referente às metas 11.6 e 12.5 que se referem à redução do desperdício e promoção da reciclagem, práticas altamente utilizadas na maior parte do mundo desenvolvido nos dias de hoje, entre outras referências a ODS e suas metas. A EC, sendo multidisciplinar, como já referido, pode ser aplicada a um inúmero conjunto de atividades económicas com vista a uma estratégia circular.

Com a abordagem de EC, associa-se o crescimento económico a um ciclo de desenvolvimento positivo que preserva o capital e os fluxos renováveis (Ellen MacArthur Foundation, 2017). Corroborando com a mesma ideia, o *Instituto Ellen MacArthur* assim discorre: “a EC é uma economia que é restaurativa e regenerativa por princípio e tem como objetivo manter produtos, componentes e materiais em seu mais alto nível de utilidade e valor o tempo todo, fazendo distinção entre ciclos técnicos e biológicos. A economia circular é concebida como um ciclo contínuo de desenvolvimento positivo que preserva e aprimora o capital natural, otimiza a produtividade de recursos e minimiza riscos sistémicos gerindo estoques finitos e fluxos renováveis” (*Ellen MacArthur Foundation*, 2017, p.4).

O mundo globalizado dos dias de hoje impõe determinadas transformações obrigando a uma diferenciação, que na visão de *Schumpeter* (1961) é concretizada pela busca da inovação. Há que ter criatividade na mudança global e nas alterações relativas à busca de novas realidades com o objetivo de se destacar pela positiva e de obter o retorno esperado. Nesse mesmo contexto, *De Masi* (2000) argumenta que a criatividade é um processo mental e prático para resolver soluções alternativas, o que especificamente pode ser aplicado ao empresário que busca a cada dia manter-se criativo e inovador.

De referir a dificuldade de aplicação destas novas formas de visão, pois o empreendedor não pensa a nível social, mas industrial; o rompimento desta forma de pensar deve ter em conta a criação de valor a nível dos serviços em geral e nos sociais em particular, criando a tão esperada consciência ambiental através da consciencialização de empresas e consumidores (*Smaniotto*, 2020).

Há que promover a educação ou reeducação da sociedade com vista a obter uma visão diferente do futuro. Um estudo elaborado na Universidade de Utrecht, na Holanda, refere os cinco princípios de Ensino na Educação para a EC (*Kirchherr e Pisciceli*, 2019). Na realidade, os *stakeholders*, na sua maioria, são defrontados com uma necessidade real, objetiva e pertinente para a qual não têm qualquer base de apoio. Os estudos ao longo dos anos continuam a não definir EC, nem a sua real estrutura de aplicabilidade, mantendo a situação vaga e sem qualquer base de apoio através do ensino. Enquanto isso, um grupo de partes interessadas que recebeu pouca atenção até agora são os professores do ensino superior (Fundação *Ellen MacArthur*, 2017; *Kopnina*, 2017). Essa negligência é surpreendente, considerando que tem sido repetidamente argumentado que “a educação é a intervenção chave para trazer mudanças nos conhecimentos, valores, comportamentos e estilos de vida (...) necessários para alcançar o desenvolvimento sustentável” (*Pandey e Vedak*, 2009, p. 3; *Berryman e Sauv e*, 2016) .

Embora “o ensino superior esteja longe de otimizar sua contribuição para a sustentabilidade” (*Johnston*, 2007, p. 48), as universidades incorporaram progressivamente a educação para a sustentabilidade em seus currículos desde o início dos anos 1990 (*Anderberg e Hansson*, 2009; *Johnston*, 2007). O curso elaborado pela Universidade de *Utrecht*, na Holanda e referido como um estudo de caso em EC (*Kirchlerr e Piscicelli*, 2019), obteve elevada aceitação por parte dos participantes, sendo dividido em 8 Unidades Curriculares interligadas e elaborado a 3 níveis de análise económica (micro, meso e macro) entre palestras, excursões, simulações. Apesar da boa aceitação há críticas referentes ao pouco tempo dado a algumas atividades práticas.

Como referido, a formação quer académica quer profissional para lidar com esta área económica é de relevante e urgente necessidade, de forma a garantir que os decisores estão na posse de toda a informação que faça a interligação entre a EC, os ODS e a sustentabilidade.

2.5 – Sustentabilidade – A Dimensão Social

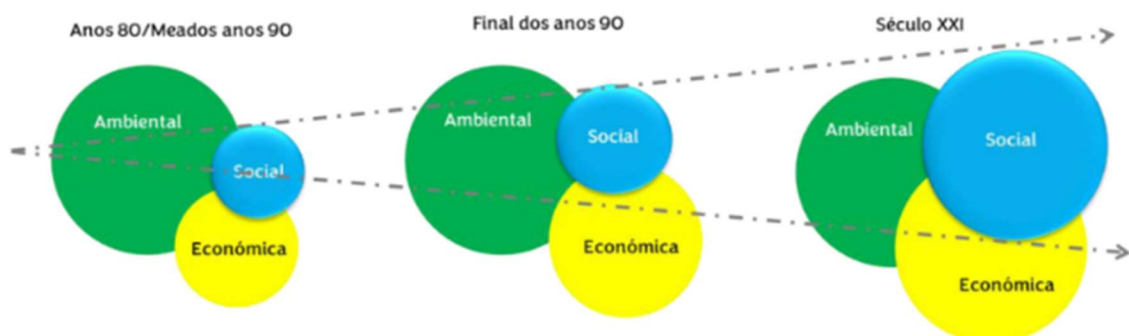
Em 1994 *John Elkington* criou o conceito de *Triple Bottom Line*, i.e., Tripé da Sustentabilidade. Este modelo tem a função de ser uma ligação entre o ambiente e as empresas, considerando que as mesmas possuem três vertentes de desempenho, o económico, o ambiental e o social.

A parte social das empresas coloca o seu foco nas pessoas, no seu bem-estar, no desenvolvimento e participação em projetos sociais.

Segundo o *Sustainable Europe Research Institute*, a sustentabilidade social para uma empresa é tão importante como a sua dimensão económica e/ou ambiental. A dimensão social é uma responsabilidade de todos, incluindo por isso as empresas em todas as suas dimensões.

A Sustentabilidade Social deve estar preocupada com os direitos humanos e o cumprimento das metas referidas nos ODS a nível de fome, educação, igualdade de género, saúde e trabalho digno. Com o tempo a dimensão social da sustentabilidade tem vindo a ocupar o seu lugar e a ter o seu peso. A figura 6 mostra a evolução verificada desde os anos 80 até 2009, verificando-se que ao longo do tempo vai surgindo um equilíbrio entre as três dimensões.

Figura 6 – As 3 dimensões do Tripé da Sustentabilidade



Fonte: Colantonio, A. E Dixon T. (2009)

Neste contexto, verifica-se a importância crescente que a responsabilidade social tem alcançado, e a sua aplicação nas organizações sociais que pretendem ter uma imagem sustentável, e socialmente responsável.

A ES, pode ser apreendida na sua dimensão social através de *Coraggio* (2011, p.46) que refere “(...) produz sociedade e não apenas utilidades económicas, porque gera valores de uso para satisfazer necessidades (...) e não está orientada pela ganância ou acumulação de capital sem limites”. Este autor refere ainda que, o principal objetivo da ES será “(...) satisfação das necessidades e qualidade das relações sociais (...)”.

As organizações sociais estão desde a década de 90 classificadas internacionalmente como OSFL, o que implica que estas organizações quando geram excedentes só podem reinvesti-los nas suas missões de apoio a pessoas carenciadas ao nível de alimentação, saúde, habitação, idade, entre outros, refletindo em parte a utilização da solidariedade voluntária.

Esta classificação foi adotada pelas Nações Unidas que refere que, para além de serem organizações, os excedentes têm de ser reinvestidos e não distribuídos, são independentes da Administração Pública, podendo apenas receber apoios dos governos sem os instrumentalizar, são autónomas e de adesão voluntária (Nações Unidas, 2003).

Ignacy Sachs, que esteve envolvido na criação do conceito de desenvolvimento sustentável, afirmou numa palestra em 2011 promovida pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável sobre a importância de “trabalhar com o tripé: objetivos éticos e sociais, condicionalidades ambientais e viabilidade económica” (Sachs, 2011), referindo ainda que o futuro deve ser trabalhado com o envolvimento de toda a sociedade. Porém este envolvimento quando ligado a uma abordagem micro traduz que a sustentabilidade é vista como a “(...) capacidade de sustentar de forma duradoura o valor social do projeto institucional a partir da interação criativa com contextos mutáveis (...)” se referirmos a abordagem macrossocial, prende-se com a interligação entre ação coletiva das organizações, conceções políticas e a forma de como a sociedade pública e privada lida com questões de pobreza e desenvolvimento (*Armani*, 2004, pp.11-12). Este autor apresenta ainda uma proposta para definir sustentabilidade “(...) a capacidade institucional de interagir criativamente com contextos cambiantes, de forma a manter-se a relevância social e fortalecer-se a credibilidade da organização (*Armani*, 2004, p.11).

Por estas referências podemos considerar o carácter amplo e societário das organizações sociais na sociedade onde se inserem, estando diretamente relacionado com a sua missão. Citando os autores Azevedo e Couto (2012), estes abordam a sustentabilidade das organizações pela capacidade de a organização encontrar equilíbrio nos seus recursos

através do capital humano, capital social e redes de cooperação e o capital financeiro, necessário ao crescimento da organização.

2.6 – Economia Social e os ODS

A interligação entre sustentabilidade, ES e ODS, apesar do enfoque dado à primeira, não se encontram ainda bem definidas; muita informação refere a interligação como um desafio à sustentabilidade. Guerra e Ferreiro (2014), por exemplo, consideram missão, projeto, legitimidade, gestão estratégica, gestão de pessoas e recursos como desafios que estão interligados com questões de ética versus necessidade de excedentes para sobrevivência da organização, realizar a missão de forma autónoma *versus* a necessidade de se submeterem a algumas regras públicas devido aos financiamentos recebidos e, por último, dever moral *versus* a regulação pelo mercado e pelo Estado.

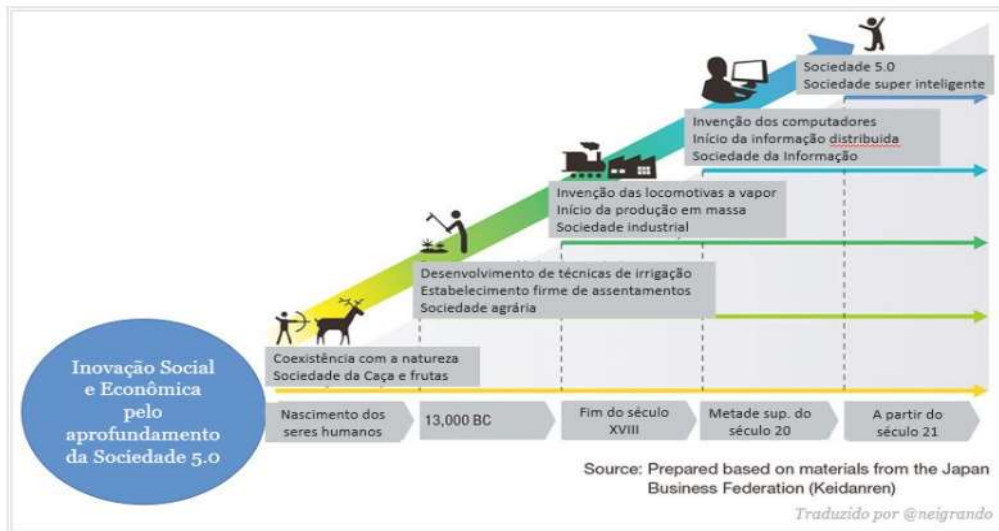
Podemos considerar que as organizações que praticam a ES, atuam essencialmente em consonância com os ODS 1, 2, e 10, no sentido de erradicação da pobreza e da fome, e na tentativa de promover a diminuição de desigualdades relativamente a alimentação e produtos de necessidades básicas que, segundo *Maslow*, são a base da pirâmide da vida. Por outro lado, ao promoverem o desenvolvimento sustentável estão a procurar alcançar metas do ODS 17 - Parcerias para a implementação dos objetivos.

Encontramos uma ligação entre ES e ODS, numa publicação do Dr. José Alberto Pitacas, inserida no livro “A Economia Social numa visão plural” e referindo “A economia social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Nesta publicação é elaborada uma reflexão entre os ODS e a ESS, terminando o autor da seguinte forma “...não existe ainda suficiente evidência do potencial da ESS para o cumprimento das metas dos ODS, pelo que urge aumentar a visibilidade da ESS realçando o enlace estratégico do seu papel para o desenvolvimento local e social...” (Pitacas e Reto, 2020, p.105).

2.7 – Sociedade 5.0 e a Economia Social

No contexto deste estudo, há que efetuar uma breve referência à Sociedade 5.0, termo que surge de uma sequência da evolução humana, desde a Sociedade 1.0 (ver fig. 7).

Figura 7 – A evolução da Sociedade



Fonte: <https://abmes.org.br/linc/coluna/detalhe/1857>

A Sociedade 5.0 é uma transformação mundial que está no seu início, mas que se prevê ser o futuro da sociedade. Este conceito surgiu no Japão e foi dado a conhecer em 2017 pelo primeiro-ministro japonês, na Exposição Comercial Mundial.

Associada à inovação tecnológica, a Sociedade 5.0 (ver fig. 8) vê o futuro das pessoas inserido em ambientes digitais e inovadores que visam melhorar a vida das pessoas, sendo estas o centro da inovação.

Figura 8 – Sociedade 5.0 e ODS



Fonte: <https://www.jornaldenegocios.pt/mais/gestao-responsavel/detalhe/a-sociedade-50-e-a-criacao-do-futuro>

O objetivo está assente nos seus três pilares, qualidade de vida, inclusão e sustentabilidade, e desta forma ter soluções para problemas sociais dando cumprimento aos ODS, reduzindo desigualdades, evitando o envelhecimento, promovendo a saúde de qualidade, entre outros.

Estando este conceito na sua fase inicial, muito mais poderá surgir, mas como qualquer inovação requer adaptação constante e requer formação para a sua aplicação. Apesar de ser global para toda uma sociedade, interessa referir a sua ligação a problemas sociais e a sua relação com ES, EC e ODS.

A proposta que surgiu no Japão tem como objetivo estar alinhada com os ODS das Nações Unidas, protegendo o planeta e, desta forma, resolver problemas atuais relacionados com a mobilidade urbana, combate à pobreza, saúde, bem-estar, envelhecimento da população e segurança (Shiroishi, Uchiyama & Suzuki, 2018).

As novas tecnologias estão a ser criadas de uma forma alinhada com os ODS; como referido, os profissionais que as usam devem desenvolver competências técnicas e emocionais para a sua aplicação de forma sustentável.

Todo este desenvolvimento objetivo da Sociedade 5.0, centrado no ser humano, aproveitando as novas tecnologias, poderá ser uma mais-valia, reduzindo as desigualdades e surgindo uma sociedade onde as pessoas aproveitam a vida (*Fukuyama, 2018*).

De referir, por último, Leonilde Reis e Clara Silveira que no seu artigo referem: “A resolução de problemas sociais está subjacente ao paradigma da Sociedade 5.0 em que está implícito fomentar o desenvolvimento de soluções baseadas nas TIC, potenciando a sua utilização em prol das pessoas por forma a contribuir para o bem-estar humano” (Reis e Silveira, 2022, p.5).

2.8 – O Terceiro Setor/Economia Social em Portugal

A ES em Portugal engloba as OSFL, autónomas nas decisões e de adesão voluntária. A nível financeiro são apoiadas por subsídios, quotização, pagamento dos utentes pelos serviços prestados e venda esporádica de bens produzidos.

O Estado em Portugal subsidia parcialmente as instituições que prestam apoio solidário à sociedade; muitas destas entidades atingem o limite de ocupação, sendo em alguns casos muito longo o tempo de espera, ao contrário de outros países, como o Reino Unido ou a Holanda, que subsidiam as pessoas, sendo estas livres de escolher a instituição que as apoia.

Podemos considerar como principais organizações sociais no país as Cooperativas, as Associações Mutualistas, Associações com fins altruísticos, Fundações, Misericórdias e IPSS. Estas organizações são de relevante importância na sociedade onde se inserem, contribuem para a ES e para colmatar as falhas do Estado na sociedade. Caracterizando com base no capítulo 2 do livro “Os desafios da gestão na Economia Social” (Moreira, 2022) cada uma delas de uma forma resumida:

- As Cooperativas são compostas por pessoas ou grupos com interesses comuns que se unem com a finalidade de satisfazer necessidades associadas à sua missão.
- As Associações mutualistas, consideradas como sistema de proteção social, podem englobar sistemas de saúde, seguros, crédito, entre outras, que sem fins lucrativos, se apoiam mutuamente entre os parceiros pertencentes a essa associação, repartindo riscos e custos.
- As Associações altruístas, atuam normalmente no âmbito cultural, recreativo ou desporto, com um objetivo de desenvolvimento local.
- As Fundações, como o próprio nome refere, gerem um fundo sem fins lucrativos, que apoia socialmente utentes segundo a sua missão.

- As Misericórdias, consideradas como o sistema social mais antigo do país, ligado à igreja católica, presta apoio solidário a crianças, jovens e idosos, com e sem deficiência, através de apoio domiciliário e localizado em instalações próprias.
- Por último, as IPSS são constituídas como organizações com um estatuto jurídico próprio, publicado em Diário da República no DL 119/83 de 25 de fevereiro, tendo sido atualizado pela última vez na lei 76/2015 de 28 julho. Prestam serviços sem fins lucrativos em diversas áreas sociais, saúde, educação, habitação, apoio a crianças, jovens e idosos, com e sem deficiência, situações de carência alimentar, entre outras indispensáveis às necessidades da sociedade onde estão inseridas.

Em 30 de junho de 2015 foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei nº 120/2015 de 30 de junho, que amplia e reforça a parceria público/social com as entidades da ESS, publicadas em 2011 e 2013 na Lei de Bases da Economia Social (LBES), publicada em 8 de maio na Lei 30/2013. A LBES estabelece no seu artigo 1º, “no desenvolvimento do disposto na Constituição quanto ao sector cooperativo e social, as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios” (LBES,2013, p.2727); refere ainda os princípios orientadores, a base de dados e a conta satélite da economia social, a relação entre o Estado e as entidades de economia social, o estatuto fiscal da ES e a legislação aplicável a estas entidades referidas no art.º 6º, desta mesma lei.

Desde 2010, assistiu-se a um desenvolvimento do plano institucional da ES, com a criação da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), o Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), a Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES) e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS); todas estas instituições desenvolvem projetos de apoio e desenvolvimento ao Terceiro Setor (TS) em Portugal.

Os dados mais recentes sobre o TS em Portugal reportam a dois documentos que nos oferecem dados de 2018 e 2019/2020, nomeadamente o Inquérito ao Setor Social e a Conta Satélite da Economia Social (CSES). A CSES resulta de uma Resolução do Parlamento Europeu (RSE), de 19 de fevereiro de 2009, no seu ponto 16. Salaria que a medição da economia social é complementar à medição das OSFL, convida a Comissão e os Estados Membros a promoverem a utilização do Manual da ONU sobre OSFL e a prepararem contas satélite que permitam melhorar a visibilidade das OSFL e das organizações da economia social. A CSES Portuguesa fornece-nos um estudo exaustivo da ES em Portugal, com informação estatística sobre as organizações do setor e a sua dimensão económica. Não é uma publicação anual, dispondo até ao momento de quatro edições, referentes a 2010, 2013,

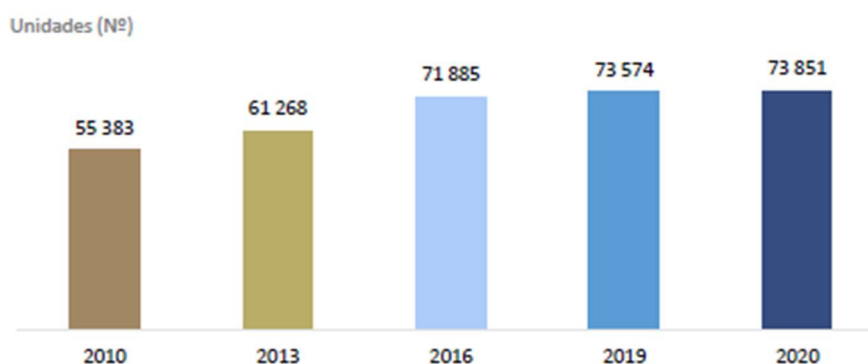
2016 e (2019-2020), esta última referente a 2 anos, incluindo a análise dos efeitos iniciais da pandemia provocada pelo COVID-19 no setor da ES.

A quarta edição tem em consideração a primeira Resolução adotada pela Assembleia Geral da ONU em 18 de abril de 2023, publicada no documento A/RES/77/281, que, na sua essência, promove a ESS para o desenvolvimento sustentável. Entre outras recomendações, incentiva os Estados Membros “a promover e implementar estratégias, políticas e programas nacionais, locais e regionais para apoiar e fortalecer a economia social e solidária, através do desenvolvimento de quadros jurídicos específicos, compilação de estatísticas nacionais, incentivos fiscais e de contratação pública, inclusão nos currículos educativos e nas iniciativas de capacitação e investigação, facilitando o acesso das entidades a serviços financeiros e financiamentos, a participação dos atores da economia social e solidária no processo de decisão política” (Lima, Francisco, p.9).

Em setembro de 2023 foram apresentados os resultados desta quarta edição da CSES, onde foram divulgados os resultados de 2019-2020. De novo em parceria entre o INE e a CASES, referenciando pela primeira vez nesta análise os ODS e a ES.

Ao analisar os dados publicados na quarta edição da CSES (fig. 9), verificamos que em 2019 e 2020 existiam 73.574 e 73.851 entidades ligadas à ES, respetivamente, um aumento de 2,3% em 2019 e mais 0,4% em 2020. De salientar ainda, a existência de uma concentração de 64.384 organizações em 2020 de Associações sem fins lucrativos ao serviço das famílias, tendo-se verificado um aumento de 0,35 pp em relação a 2019 neste tipo de associações.

Figura 9 – Evolução do universo de entidades da ES nas quatro edições da CSES

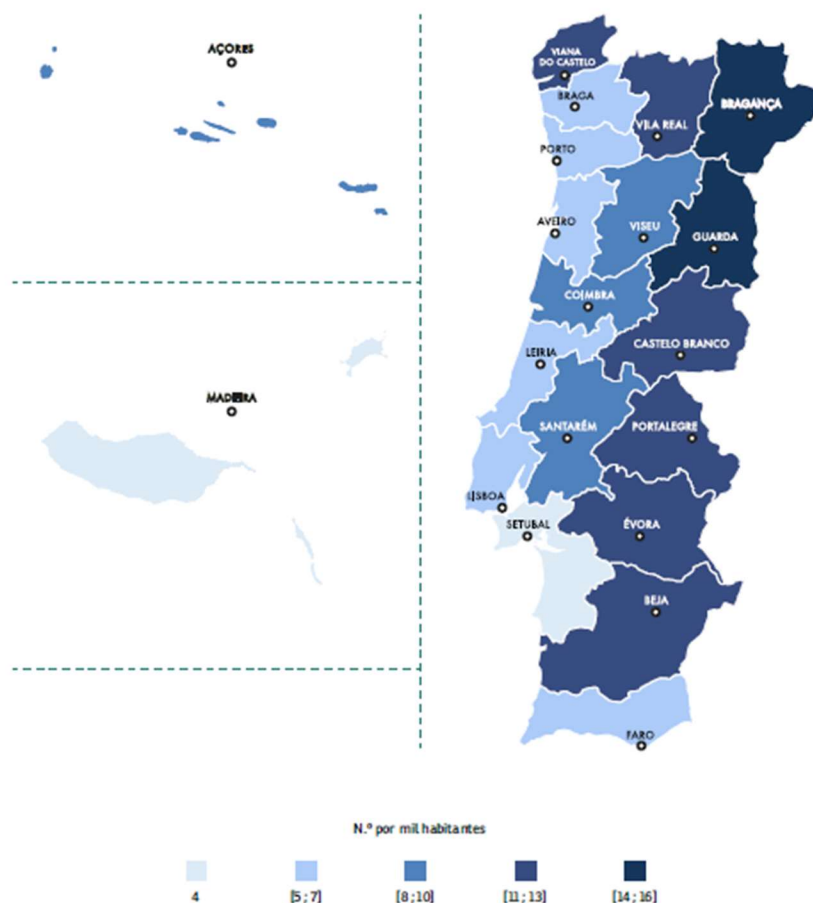


Fonte: INE/CASES (2023) (Conta Satélite da Economia Social)

EM INE/CASES (2023) refere-se também que 55,3% das entidades da ES em 2020 tinha entre 10 e 49 anos de existência, referindo ainda que 70% das Misericórdias e mais de 80% das Associações Mutualistas têm entre 50 e 99 anos de existência, dando a indicação de organizações envelhecidas e que necessitam de se atualizar.

Por outro lado, em 2020, todos os municípios do país registavam a presença de entidades da ES, podendo verificar-se uma tendência de interiorização do país; referente ao distrito de Setúbal, apenas existem cerca de quatro instituições por cada mil habitantes, sendo a mais baixa do país, como referido na figura 10.

Figura 10 – Distribuição das entidades da ES, por Distrito (2020)



Fonte: INE/CASES (2023) (Conta Satélite da Economia Social)

Este setor apresenta um peso de 3,2% no VAB (Valor Acrescentado Bruto) da economia nacional em 2020; mesmo tendo em conta a diminuição de 5,8 pp do VAB nacional devido aos efeitos da pandemia COVID-19, o VAB da ES subiu 0,2 pp.

A nível de trabalhadores remunerados, a ES emprega 5,9% dos trabalhadores remunerados no país, uma diminuição de 0,2 pp referente a 2016; estas organizações segundo os estudos utilizam em grande parte o voluntariado, apesar de não referenciado nesta análise.

Nesta publicação do INE/CASES (2023) podemos ainda obter diversa informação sobre este setor social, da qual destacámos anteriormente alguns quadros e informações relevantes a nível nacional, para o presente estudo.

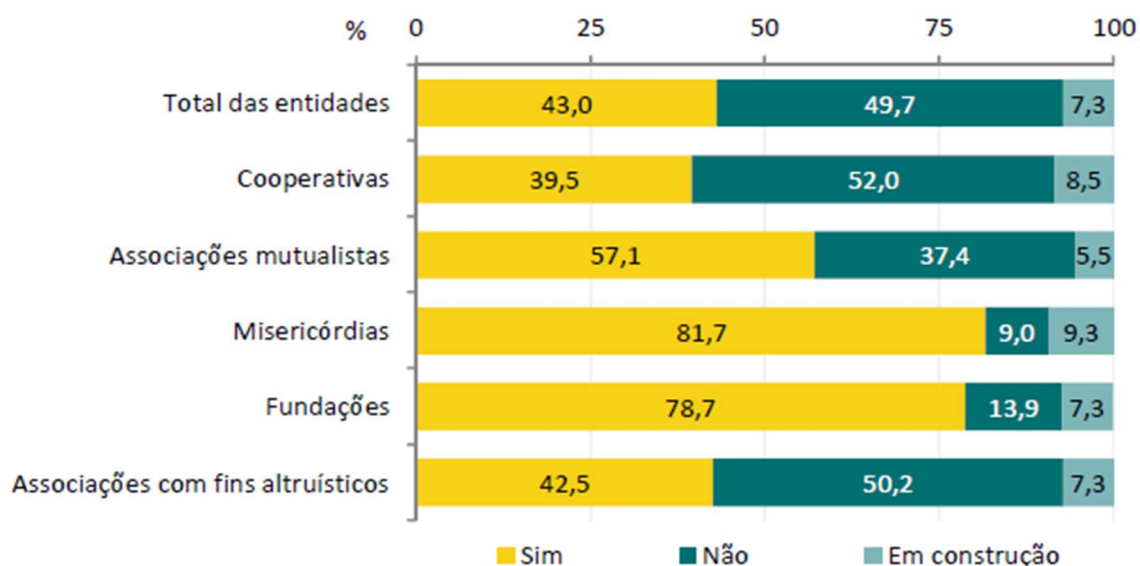
Outro documento relevante para o setor, publicado em 2020, pelo INE, foi o Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES) em Portugal, apresentando dados de 2018.

O questionário foi elaborado em parceria com a CASES, e pretendeu caracterizar o setor da ES. Este estudo foi elaborado a nível nacional e podemos assim considerar o espelho do país na área da ES e a sua relação com a sustentabilidade.

Deste documento podemos retirar algumas informações que caracterizam este setor (INE, 2020).

A nível de presença na internet através de *website*, na figura 11 verificamos ser diminuta, sendo difícil através desta ter conhecimento de atividades da organização.

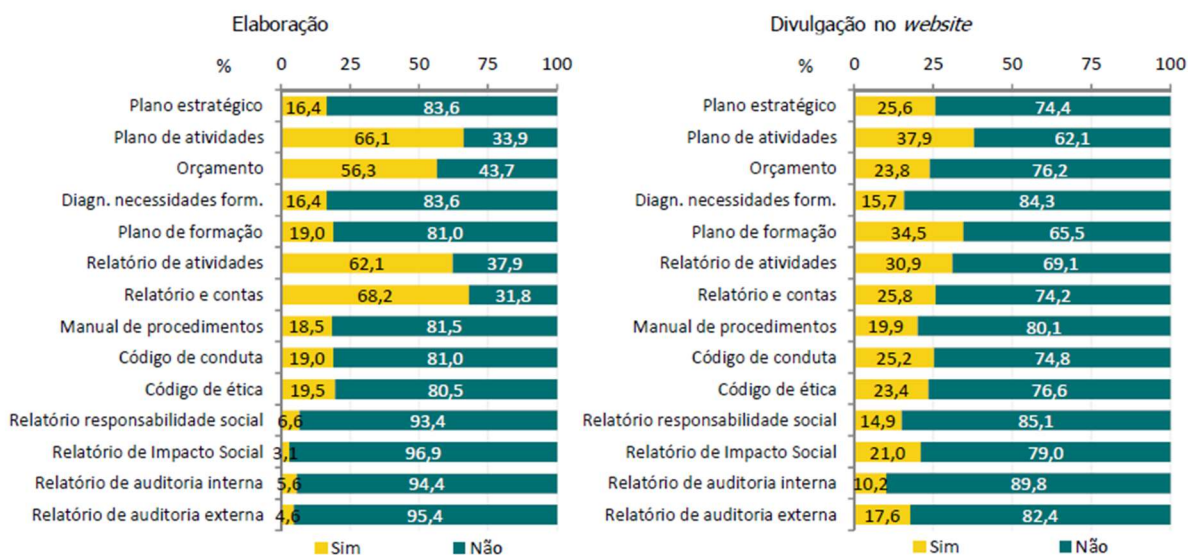
Figura 11 – Percentagem de entidades da ES com e sem website ou página eletrónica, por família e total (2018)



Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

Em sequência desta situação, os documentos de gestão, se elaborados, também não são divulgados; na figura 12, verificamos que apenas 3,1% elabora o Relatório de Impacto Social e 6,6% o Relatório de Responsabilidade Social.

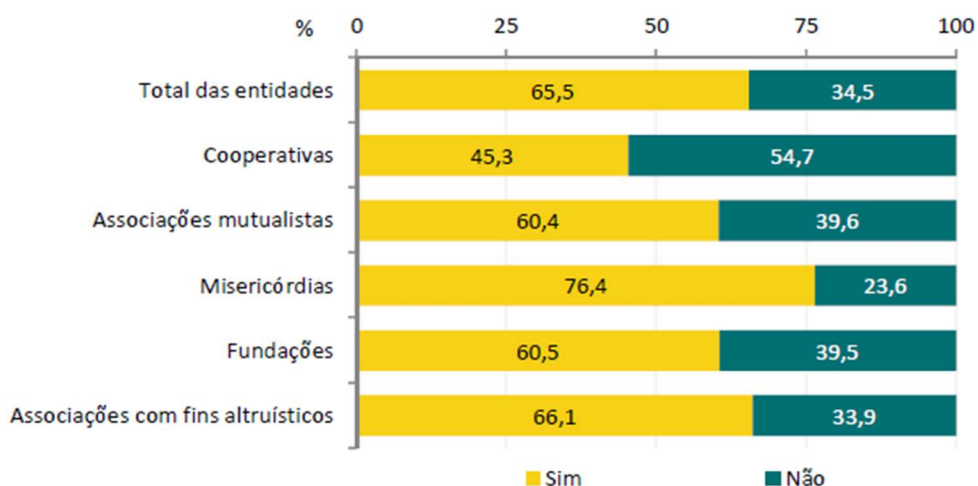
Figura 12 – Elaboração e divulgação no website de documentos de gestão, total das entidades da ES (2018)



Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

A nível de outras presenças na internet, como demonstra a figura 13, verificamos as percentagens serem superiores.

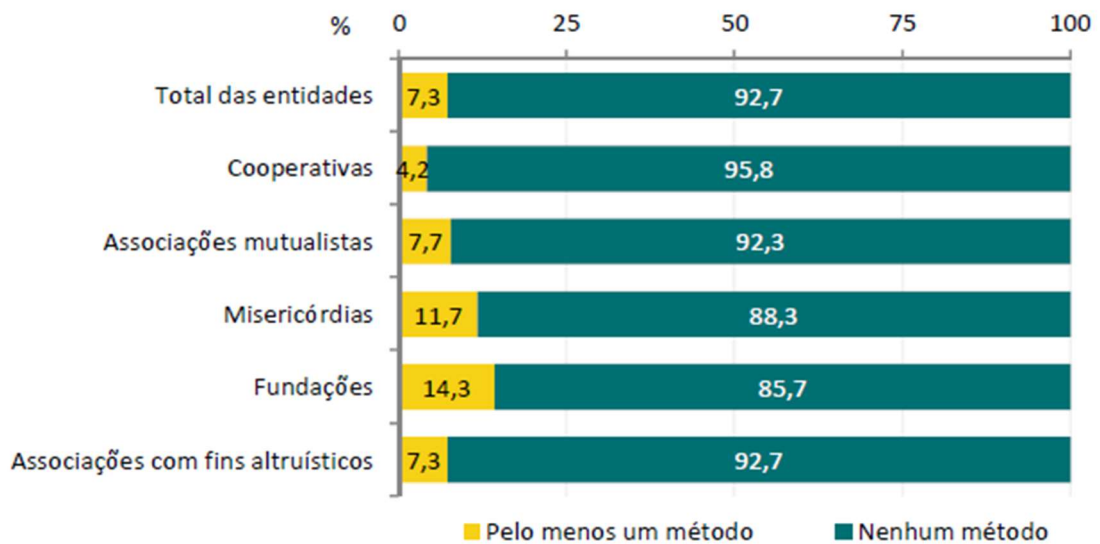
Figura 13 – Percentagem de entidades da ES que utilizou as redes sociais - Facebook, LinkedIn, Twitter, entre outras, por família e total (2018)



Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

Segundo INE (2020), “Quase 93,0% das entidades da ES não utilizaram métodos de medição do impacto social, em 2018” (p. 43) (ver fig. 14).

Figura 14 – Utilização de métodos de medição do impacto social das entidades da ES, por família e total (2018)

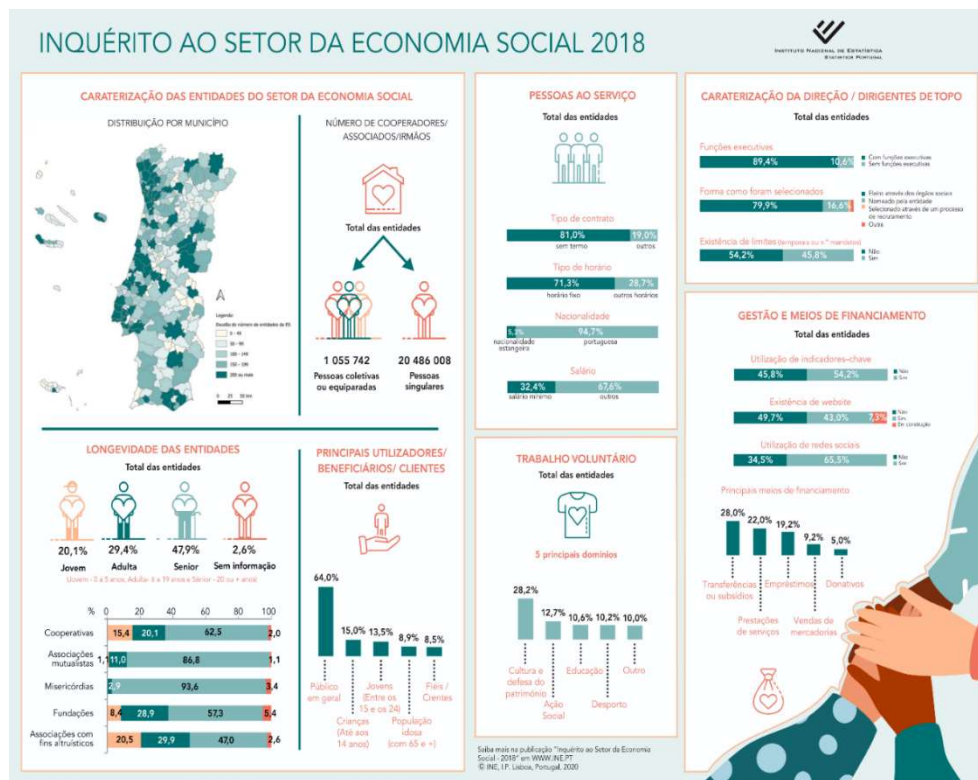


Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

Com respeito a iniciativas de responsabilidade social neste setor, 47,9% destas entidades não implementaram iniciativas de responsabilidade social. Das que promoveram algum tipo de iniciativas, 20,6% divulgaram informação interna e 17,9% desenvolveram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental (INE, 2020).

Podemos ainda retirar informação importante sobre as entidades da ES em diversos enquadramentos que ajudam a caracterizá-las (ver fig. 15).

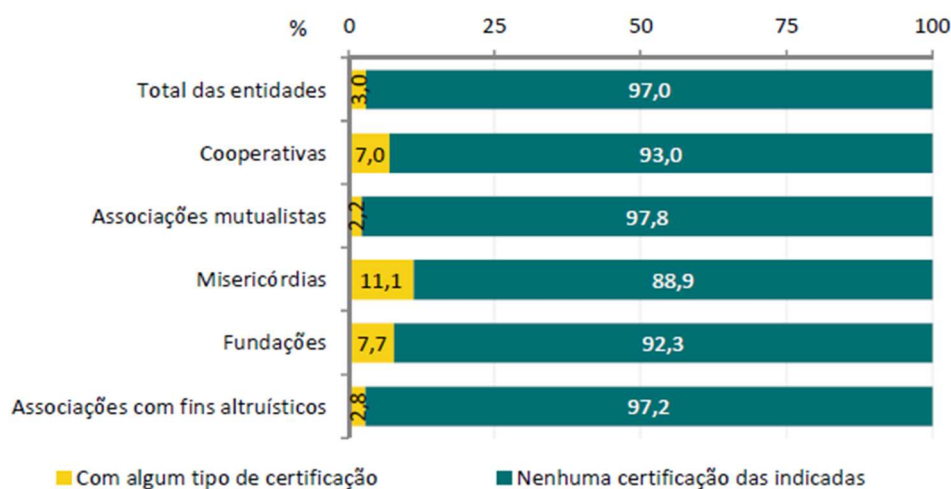
Figura 15 – Quadro resumo do ISES 2018



Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

A figura 16 analisa as entidades com algum tipo de certificação a nível de qualidade ambiental, responsabilidade social ou entidades familiarmente responsáveis, por tipo de entidades. Verifica-se que no total apenas 3% das entidades têm algum tipo de certificação, sendo que as entidades que possuem mais certificações são as Misericórdias.

Figura 16 – Percentagem de entidades da ES com e sem certificação (qualidade, ambiental, responsabilidade social ou de entidade familiarmente responsável), por família e total (2018)

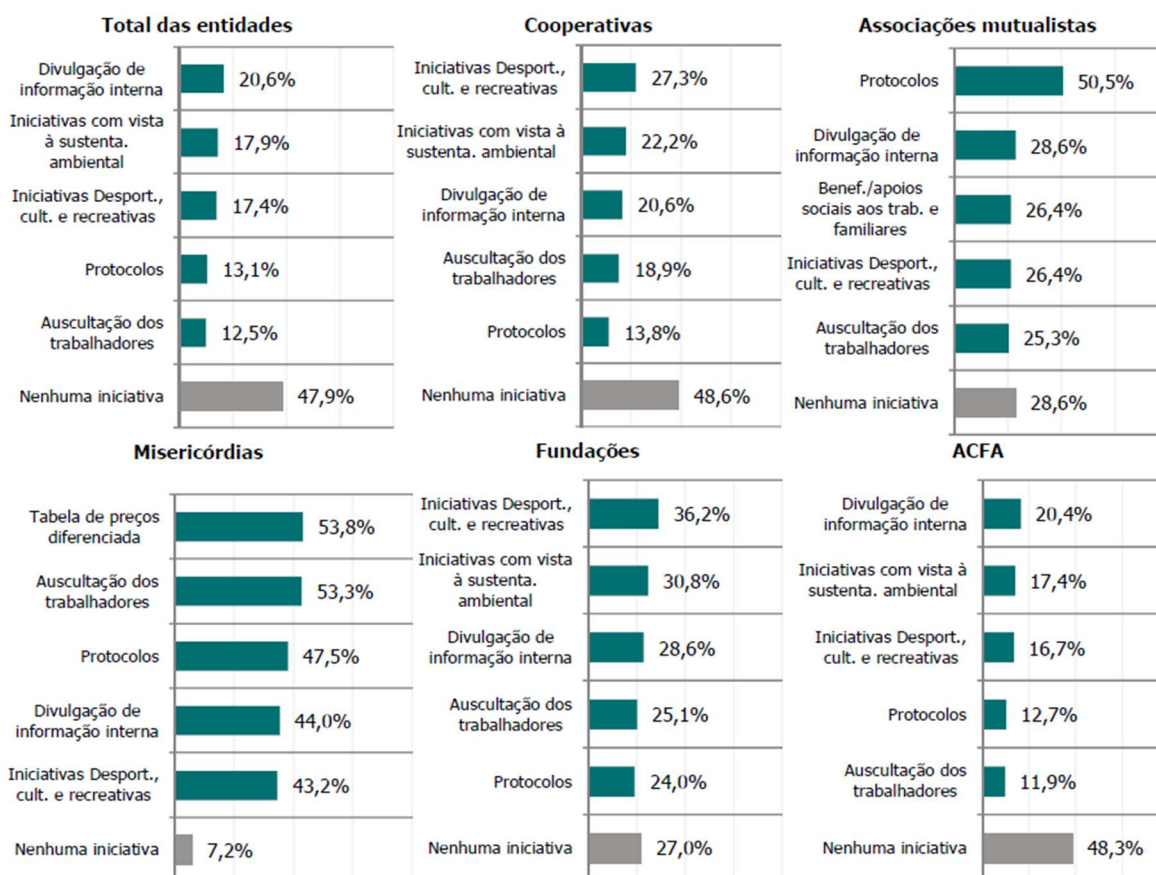


Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

No que ao tipo de responsabilidade social diz respeito, verifica-se na figura 17 que as iniciativas referentes a sustentabilidade ambiental, quando existem, estão sempre em segundo lugar. A sustentabilidade ambiental continua a não ser um objetivo primário do TS e a aplicação das metas dos ODS continuam a ser relevadas para outro plano.

Apenas 17,9% das organizações de ES tiveram iniciativas referentes à sustentabilidade ambiental em 2018, sendo que as Associações mutualistas e as Misericórdias não tiveram qualquer iniciativa.

Figura 17 – Cinco principais iniciativas de responsabilidade social implementadas pelas entidades da ES, por família e total (2018)



Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

O ponto 8 de INE (2020) apresenta uma análise da contribuição das entidades de ES para os ODS, com base no artº 5º da Lei de Bases da ES /Lei nº 30/2013, de 8 de maio, referenciando ainda que “...o manual “*Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work*”, das Nações Unidas (2018), não só explicita em que medida as entidades da ES podem contribuir para cada um dos ODS, mas também apresenta uma abordagem metodológica especificamente concebida para avaliar a contribuição deste setor de atividade para a Agenda 2030” (p. 59).

Foi elaborada uma análise para:

ODS 5 – Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas (fig. 18).

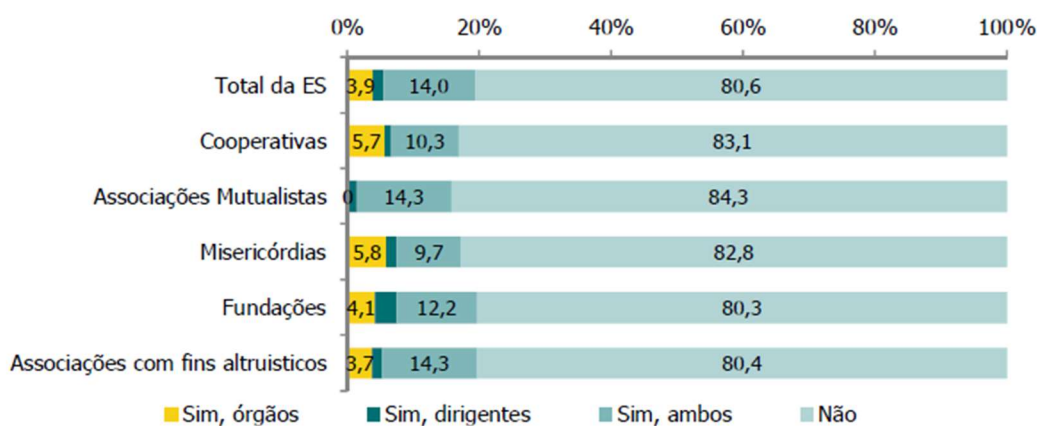
Meta 5.1 – Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda a parte

Meta 5.1.1 – Existência de quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não discriminação com base no género (14% das organizações da ES agiram neste sentido).

Meta 5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública

Indicador 5.5.2. - Proporção de mulheres em cargos de chefia

Figura 18 – Entidades da ES que criaram “quotas” para assegurar um limiar mínimo de representação por sexo, nos órgãos sociais, nos cargos dirigentes, em ambos ou em nenhum dos casos, por família e total (2018)



Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

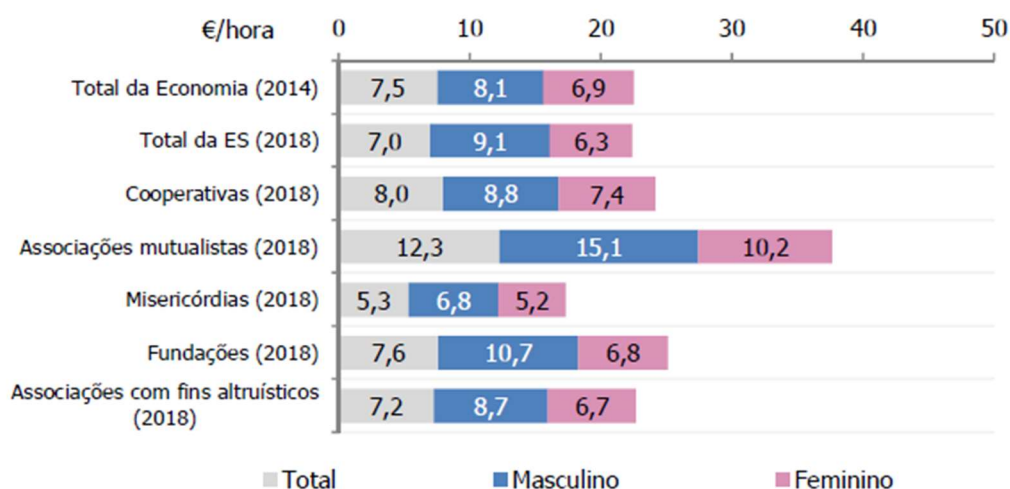
ODS 8 – Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos (fig. 19).

Meta 8.5 - Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

Indicador 8.5.1. - Ganho médio horário das trabalhadoras e dos trabalhadores por conta de outrem, por profissão, grupo etário e de pessoas com incapacidades

A meta 8.5 é extremamente relevante para a ES; a mesma está referida na proposta de Plano de Ação para a ES, lançado pela ES Europa em 2018, sendo mencionada no contexto da prioridade 3.

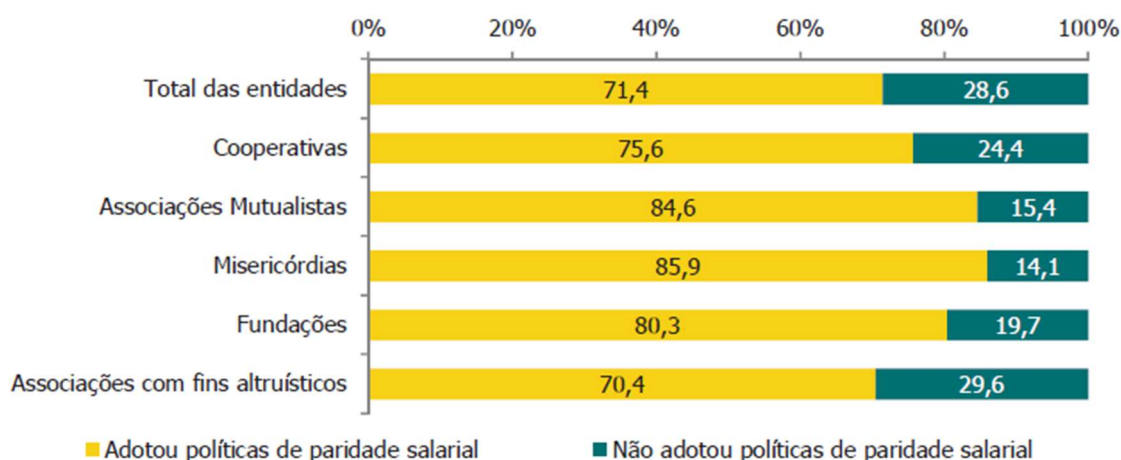
Figura 19 – Distribuição do ganho médio horário das pessoas ao serviço nas entidades da ES, por sexo, por família e total (2014 e 2018)



Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

De referir também que organizações da ES adotaram políticas de igualdade/paridade salarial, como referido na figura 20.

Figura 20 – Entidades da ES que adotaram políticas de igualdade/paridade salarial entre homens e mulheres, relativamente às pessoas ao serviço, por família e total (2018)



Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

ODS 9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação (fig. 21).

Meta 9.2 - Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a parcela da indústria no setor do emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e duplicar a sua parcela nos países menos desenvolvidos

Indicador 9.2.1. - Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB e per capita

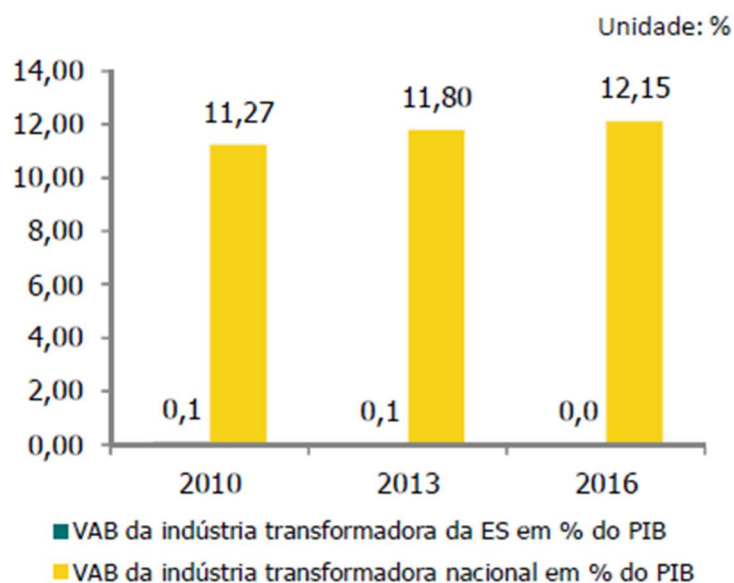
Indicador 9.2.2. - Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total

Meta 9.3. - Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo ao crédito acessível e à sua integração em cadeias de valor e mercados

Indicador 9.3.2. - Proporção de microempresas industriais com empréstimos contraídos ou linhas de crédito (dados proxy)

Os resultados obtidos no inquérito estão refletidos nas figuras 21 e 22.

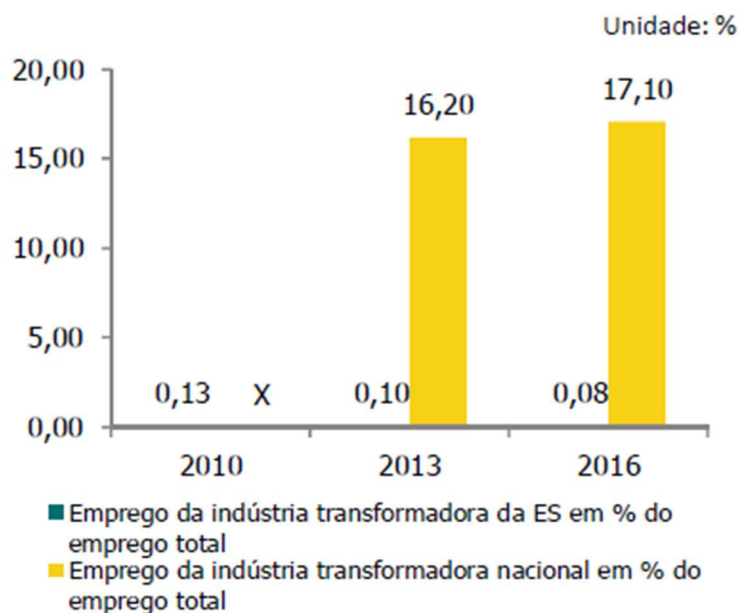
Figura 21 – VAB da indústria transformadora da ES em percentagem do PIB vs VAB da indústria transformadora nacional em percentagem do PIB (2010, 2013 e 2016)



Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

Assim, a indústria transformadora foi responsável por apenas cerca de 5,1%, 2,4% e 1,8% do total do VAB da ES, em 2010, 2013 e 2016, respetivamente.

Figura 22 – Emprego da indústria transformadora da ES em percentagem do emprego total vs Emprego da indústria transformadora nacional em percentagem do emprego total (2010, 2013 e 2016)



Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

No que concerne ao emprego, a indústria transformadora congregou somente 2,8%, 1,9% e 1,5% do emprego da ES, medido em indivíduos, em 2010, 2013 e 2016, respetivamente.

Os valores apresentados revelam-se pouco significativos, mas são de extrema importância para a ES.

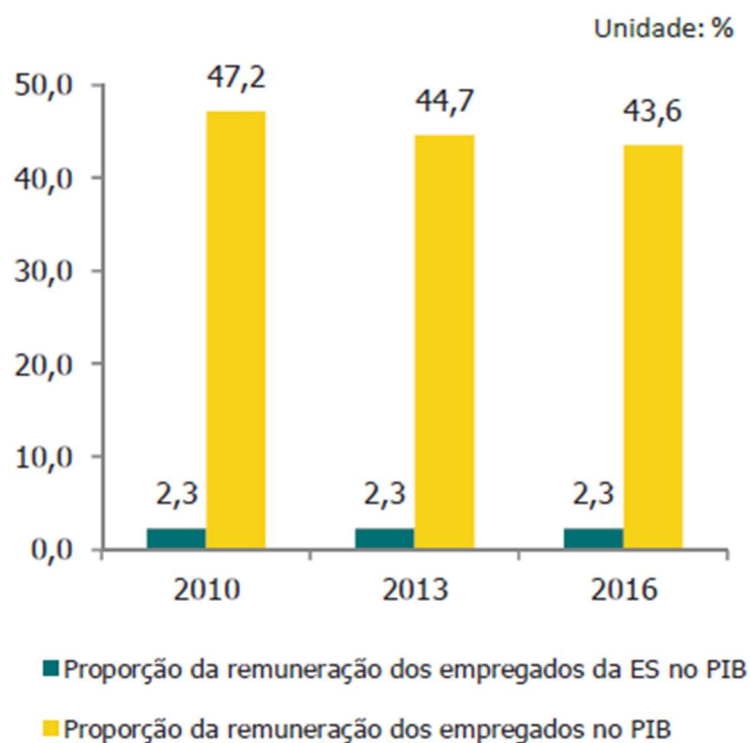
ODS 10 – Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países (figs. 23 e 24).

Meta 10.4 - Adotar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

Indicador 10.4.1. - Proporção do trabalho no PIB, incluindo as remunerações e as transferências de proteção social

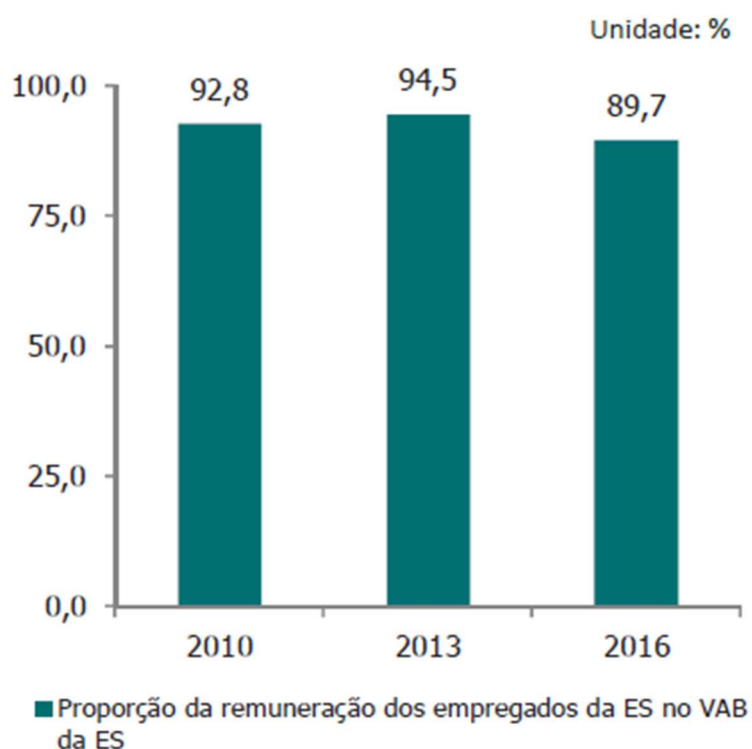
Comparando os resultados da figura 23 com os da figura 24, os dados obtidos referem que o maior peso do VAB da ES, se refere a remunerações, valor muito superior ao peso das mesmas na economia nacional.

Figura 23 – Proporção da remuneração dos empregados da ES no PIB vs. Proporção da remuneração nacional dos empregados no PIB (2010, 2013 e 2016)



Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

Figura 24 – Proporção da remuneração dos empregados da ES no VAB da ES (2010, 2013 e 2016)



Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

De realçar que o trabalho voluntário nestas organizações não é considerado nestes valores.

ODS 12 – Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis (fig. 25)

Meta 12.6 - Incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade

Indicador 12.6.1. - Número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade

Meta 12.7 - Promover práticas de contratação pública sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais

Indicador 12.7.1. - Número de países que implementam políticas de contratação pública e planos de ação sustentáveis

Reitera-se o já referido acima para o setor da ES, ou seja, a falta de elaboração e divulgação dos relatórios de responsabilidade social e/ou impacto social.

Para a meta 12.7, os dados obtidos em INE (2020) revelam que, em 2018, cerca de 17,9% das organizações de ES implementaram iniciativas com vista à sustentabilidade ambiental e 5% das entidades introduziram critérios de sustentabilidade na aquisição de serviços.

As medidas relevantes relacionadas com a sustentabilidade incluíram a redução de resíduos, consumos energéticos, redução ou erradicação de plásticos, reciclagem, produção/utilização de energias renováveis; relativamente à introdução de sustentabilidade na aquisição de bens e serviços, incluíram a aquisição a produtores locais e a proibição de aquisição de produtos onde possa estar incluído trabalho infantil.

Ainda a referir que a certificação ambiental e de responsabilidade social é muito insignificante, como descrito na figura 25.

Figura 25 – Certificação ambiental, de responsabilidade social ou de entidade familiarmente responsável em entidades da ES, por família e total (2018)

Certificação	Total das entidades	Cooperativas	Associações Mutualistas	Misericórdias	Fundações	Unidade: %
						Associações com fins altruísticos
Ambiental (ISO 14001)	0,2	0,8	0,0	1,1	2,3	0,2
Responsabilidade Social (ISO 26000)	0,2	0,7	0,0	1,1	2,1	0,1
Gestão da Responsabilidade Social (SA 8000)	0,6	0,3	0,0	1,1	0,7	0,6
Entidade Familiarmente Responsável (efr 1000)	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2

Fonte: INE (2020) (Inquérito ao Setor da Economia Social)

Perante os dados obtidos pelo INE (2020), em 2018, verifica-se uma baixa adesão por parte das organizações de ES, aos ODS, e conseqüentemente à sustentabilidade; apenas é aplicado o mínimo legislado.

Em 11 de fevereiro de 2022, em entrevista à Rádio Renascença e ao Jornal online “O Observador”, Ana Mendes Godinho, Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, destacou a abertura do primeiro centro de formação dedicado à Economia Social em Portugal, com o intuito de gerar conhecimento, investigação e formação, com a finalidade de serem disseminados por todo o país. “A criação do primeiro Centro dedicado à Formação na Economia social é um passo decisivo para a capacitação e inovação das organizações, para a qualificação dos profissionais e para promovermos respostas sociais de qualidade”, afirma a Ministra. Este centro da economia social é um dos cinco centros, no âmbito do Programa

de Recuperação e Resiliência (PRR), com um investimento previsto de cerca de 60 milhões de euros.

A portaria 302/2022 de 21 de dezembro procedeu à homologação do protocolo que cria o Centro para a Economia e Inovação Social (CEIS). O CEIS, situado na Guarda, resulta de uma parceria entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a CASES, a Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES), o Centro de Estudos Ibéricos da Guarda (CEI) e o Instituto da Segurança Social (ISS).

Vários são os centros de inovação que têm promovido debates, conferências e atuações na área social, financiados pelo programa Portugal 2020, pela União Europeia e pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE). Entre outros centros, podemos destacar a Fundação Eugénio de Almeida, o Centro de Inovação Social (I9Social) e o Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS).

Convém, por último, ainda referir, o PRR com base nos objetivos definidos para 2030, que pretende implementar um conjunto de reformas e investimentos, inspirado nos ODS das Nações Unidas, estando também alinhado com os pilares relevantes da estratégia europeia 2030, entre os quais se encontra a resiliência económica, social e institucional. O PRR tem marcos e metas para concretizar as reformas e investimentos, funcionando com base em desempenho e verificação de resultados, gerindo desta forma os fundos atribuídos a Portugal (ver fig. 26).

Figura 26 – Aprovações e Pagamentos a Beneficiários diretos e finais



Aprovações e Pagamentos a Beneficiários Diretos e Finais

	Concursos Públicos	Avisos			Beneficiários Diretos e Finais	
	Concursos Lançados (M€)	Dotação Avisos (M€)	Nº Candidaturas Submetidas	Nº Candidaturas Aprovadas	Aprovado	Pago
FAMÍLIAS	n.a.	1.597M €	149.352	109.639	181M €	147M €
INSTITUIÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SOCIAL	n.a.	836M €	5.332	3.372	351M €	47M €
EMPRESAS	n.a.	4.172M €	36.889	23.598	4.426M €	720M €
INSTITUIÇÕES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	n.a.	455M €	448	230	330M €	46M €
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	n.a.	469M €	569	256	624M €	136M €
ESCOLAS	240M €	850M €	1.715	812	369M €	234M €
AUTARQUIAS E ÁREAS METROPOLITANAS	1M €	1.085M €	3.017	1.528	1.440M €	175M €
ENTIDADES PÚBLICAS	863M €	2.108M €	1.676	1.228	4.260M €	721M €
EMPRESAS PÚBLICAS	807M €	857M €	190	159	2.244M €	333M €
	1.912M €	12.429M €	199.188	140.822	14.226M €	2.560M €

Fonte: <https://recuperarportugal.gov.pt/monitorizacao/>

Com base no *site* Recuperar Portugal, nos dados atualizados à data de 13/09/2023, como figura acima, podemos verificar terem as Instituições da ESS submetido 5.332 candidaturas, das quais 3.372 já aprovadas o que corresponde a 63,24% das candidaturas apresentadas, com um montante total de apoio aprovado de 351 milhões de euros.

PÁGINA EM BRANCO

Capítulo 3 – Objetivos e metodologia

No presente capítulo são apresentados quer a metodologia utilizada, quer os objetivos gerais e específicos da presente investigação, bem como as técnicas utilizadas para a recolha e tratamento dos dados primários.

Os objetivos a alcançar e a metodologia a utilizar estão interligados através da pergunta de partida. De acordo com Quivy (2005, p. 44), a pergunta de partida deve ser precisa, realista e compreensível “(...) Com esta pergunta o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível, aquilo que procura saber, elucidar, compreender melhor. A pergunta de partida servirá de primeiro fio condutor da investigação (...)”.

Assim, perante as preocupações mundiais com a sustentabilidade económica, social e ambiental, o cumprimento da nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030 publicada, em 2015, pela ONU) e a inexistência de estudos anteriores que envolvam Economia Social, Economia Circular, política dos R's e ODS com estas organizações, do Distrito de Setúbal formulou-se a seguinte pergunta de partida:

De que forma as organizações sociais percecionam as preocupações de sustentabilidade, as implementam e incorporam no seu dia a dia, no desenvolvimento da sua missão social?

Para alcançar o objetivo geral de investigar de que forma as organizações sem fins lucrativos e de utilidade pública do Distrito de Setúbal promovem uma Economia Circular através da aplicação da política dos R's da sustentabilidade e dos ODS, foi utilizado o método SMART na delimitação dos objetivos específicos da presente investigação. O acrónimo utilizado para definir objetivos, introduzido em 1981 por George T. Doran, é composto por 5 elementos: (i) **S** (específico) – Um objetivo claro, conciso e bem definido; (ii) **M** (mensurável) – Um objetivo que pode ser quantificado e rastreado; (iii) **A** (alcançável) – Um objetivo realista e alcançável; (iv) **R** (relevante) – Um objetivo que se alinha com a missão e o objetivo geral de um indivíduo ou organização; (v) **T** (limitado no tempo) – Um objetivo com um prazo definido para a sua realização. Deve, assim, ser dado relevo às questões que delimitam o objetivo em causa:

- Analisar, no contexto da ES, diferenças na aplicação da política dos R's da sustentabilidade e sua implementação;
- de que forma os enquadra numa ES capaz de promover uma EC;
- e como contribuem para o cumprimento das metas e objetivos da Agenda 2030.

Com o objetivo do estudo definido, e a forma de o desenvolver para alcançar resultados confiáveis, foi considerado o método que melhor poderia responder a esta questão, e a todas que direta ou indiretamente visem o tema abordado – que são a base para a perceção desta questão.

Perante as escolhas de métodos a utilizar, e considerando que método se refere ao caminho ou conjunto de operações para se chegar a um determinado resultado em investigação (Coutinho, 2011), foi utilizado o método de medida ou de análise extensiva, usando a técnica de inquérito por questionário. Esta técnica é muito utilizada em pesquisas que procurem uma análise quantitativa de dados, em resultado da sua padronização (Borg e Gall, 2002). Por outro lado, o anonimato e a confidencialidade, das respostas, coloca o respondente mais à vontade para emitir opiniões sobre o estudo e não serem influenciados pelo investigador (Bravo, 1991).

Contudo, como em qualquer método indireto de aplicação de questionários, as respostas nem sempre representam a credibilidade desejada. Segundo Ghiglione e Matalon (1997), a inexistência de contacto direto entre o investigador e o inquirido, e o não pedido de esclarecimentos sobre dúvidas que possam surgir ao inquirido, podem originar respostas menos corretas, nomeadamente por dificuldades de interpretação das questões e/ou das opções de resposta.

Também o envio por correio eletrónico pode levar a que alguns questionários sejam desviados para *spam*, outros sejam ignorados devido à grande quantidade de *emails* que diariamente são rececionados na atualidade, tal como se pode ainda considerar a falta de tempo e/ou vontade de responder a inquéritos por se considerar que os mesmos não têm relevância.

As organizações escolhidas como objeto de estudo são as consideradas na Lei de Bases da Economia Social Portuguesa (LBES), nomeadamente organizações sem fins lucrativos e de utilidade pública do Distrito de Setúbal, onde se incluem IPSS, Cooperativas, Fundações, Misericórdias, Associações mutualistas, Associações com fins altruísticos e outras entidades referidas na mesma lei.

A principal dificuldade encontrada na escolha da amostra deve-se à falta de informação sobre as organizações sociais a nível de uma base de dados nacional. Consultando o Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES), elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2018, verifica-se que 47,7 % das entidades ligadas a este setor, a nível nacional, não possuem presença na internet ao nível de *websites* ou página eletrónica (ISES 2018), o que dificulta a pesquisa de contactos. Diversas são as entidades que já não possuem correio eletrónico

válido, e o contacto telefónico é difícil, ou por não possuírem número de telefone listado, ou por indisponibilidade no atendimento.

Assim, da população de organizações sociais do Distrito de Setúbal foi retirada uma amostra aleatória de 100 organizações que desenvolvam atividades de apoio à comunidade junto da população, inseridas em duas listagens: uma retirada do site da Segurança Social, outra da Autoridade Tributária que consigna a entidades uma percentagem de IRS (ao abrigo dos nº 4 e 6 do artigo 32º da Lei 16/2001, de 22 de junho) e que foram cruzadas entre si. Nesta amostra inclui-se CERCI (Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas), IPSS, Associações, Misericórdias e Fundações, que, após pesquisa de contactos, foi confirmado possuírem telefone e/ou endereço de correio eletrónico válido.

O referido questionário, de elaboração própria, teve como base de construção outros inquéritos a este setor económico, nomeadamente inquéritos elaborados pela CASES, além de inquéritos por questionário de trabalhos de investigação sobre economia circular e sustentabilidade mais direcionados para empresas (Pontelli et al., 2022; Travassos, 2022). É anónimo, inclui uma breve introdução que descreve o objetivo do estudo, como referido por Hill e Hill (2009), e é composto maioritariamente por perguntas de resposta fechada (ver Anexo 1). Note-se que, com o passar do tempo, as perguntas fechadas tornaram-se populares e as perguntas abertas são cada vez menos utilizadas (Smith, 1987). O pedido de participação, motivo e instituição encontram-se explicadas no corpo do correio eletrónico enviado, com o *link* de participação *on-line*. De notar que a participação voluntária e vontade de resposta a questionários está, muitas vezes, dependente do seu tamanho, conteúdo e tempo de resposta (Hill & Hill, 2009). Neste sentido, na elaboração do inquérito por questionário teve-se a preocupação de que este não fosse demasiado longo e fosse direto às questões que pretendiam analisar de acordo com os objetivos da investigação.

As questões relacionadas com a aplicação da política dos 10 R's estão de acordo com o referenciado pela Agência de Avaliação Ambiental Holandesa (PBL), e incluído na Resolução do Conselho de Ministros nº 190-A/2017 sobre o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal, e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criados pela ONU. As perguntas foram elaboradas de acordo com o método de *Likert*, com utilização de uma escala de 5 níveis gradativos para a resposta, ao nível de concordância, relevância, classificação e aplicação. A utilização do método de *Likert*, para além de facilitar a perceção do respondente, facilita a posterior análise das respostas obtidas para uma análise quantitativa dos dados recolhidos. Em Hill e Hill (2009) e em Coutinho (2011), encontram-se as escalas ligadas a este tipo de questões fechadas, bem como técnicas de análise estatística das mesmas.

No final do inquérito por questionário foram elaboradas perguntas abertas de forma ao respondente ter a oportunidade de poder expressar a sua opinião, se assim o entendesse, quer sobre os assuntos diretamente vertidos no questionário, quer sobre outros aspetos relacionados com a temática e omissos no questionário.

Concretizando, o questionário é composto por 24 perguntas, divididas em 4 seções, elaborado na plataforma *Google Forms*. Antes de ser enviado via correio eletrónico, foi efetuado um teste prévio a cinco voluntários, que trabalham em IPSS de várias valências e diretamente ligadas ao funcionamento da organização a nível diretivo e de decisão para verificar a sua clareza e facilidade de resposta.

A seção 1 inclui questões sobre a organização – 1 a 5 (questões sobre a organização social), 6 e 7 (tipos de apoios recebidos pela comunidade), 8 e 9 (ligação a estruturas representativas do setor), 10 (tipos de valências de atuação da organização).

A seção 2 inclui seis questões sobre a sustentabilidade na organização – 14 (opção da organização por processos renováveis), 15 (opinião no que respeita à sociedade e meio envolvente), 16 (importância para a organização de diversas situações sustentáveis), 17 (aplicação ou não de processos sustentáveis na organização), 18 (opções da organização a nível de consumo energético), 19 (opções a nível de desperdício alimentar).

A seção 3 inclui duas questões sobre os R's da sustentabilidade aplicados à ES – 21 e 22 (perante a indicação dos 10 R's foram colocadas questões sobre o papel da organização relativamente a diversos produtos e situações).

A seção 4 inclui três questões sobre ODS, as últimas duas de natureza aberta – 22 (importância de cada um dos 17 objetivos para a organização), 23 e 24 (outras boas práticas aplicadas e principais desafios que esta encontra para promover a sustentabilidade).

O questionário referido, encontra-se no Anexo 1, tendo sido enviado por correio eletrónico para as organizações que compõem a amostra previamente selecionada, no passado dia 14 de março de 2023, pela segunda vez. Apesar de, após o primeiro envio, se terem contactado alguns dos inquiridos telefonicamente solicitando a resposta ao inquérito, o mesmo não obteve o resultado desejado, tendo-se obtido apenas 12 respostas. Passado algum tempo foi reenviado novo e-mail e foram recebidas mais algumas respostas; com o objetivo de receber mais alguma informação, foram contactadas associações de referência telefonicamente e por e-mail, a solicitar a colaboração junto dos seus associados para resposta ao inquérito. Apesar de todos os esforços encetados, o número obtido não foi muito elevado, tendo-se obtido um total de 36 respostas.

Pretendeu-se com base nas respostas recolhidas desenvolver um estudo exploratório quantitativo, analisado por método estatístico e com recurso ao Excel e ao SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), sobre a aplicação da sustentabilidade nos diversos tipos de organizações sociais inquiridas.

A primeira análise de dados foi elaborada com base nas respostas obtidas pelo preenchimento do inquérito e, deste modo, foi elaborada uma análise descritiva simples. As respostas abertas foram analisadas percentualmente, referindo as respetivas opções. Para aquelas em que se obtiveram gráficos, os mesmos foram analisados pela sua percentagem através de relação entre as variáveis usando, para o efeito, o Excel.

Foi também utilizado o programa SPSS, na tentativa de se obterem alguns dados estatísticos que nos relacionem algumas variáveis, procurando, assim, dar complementarmente resposta ao objetivo de analisar, no contexto da EC, diferenças na aplicação da política dos R's da sustentabilidade e sua implementação.

PÁGINA EM BRANCO

Capítulo 4 – Apresentação e discussão dos resultados

Para recolha de dados foi enviado um questionário em setembro de 2022. Como a primeira tentativa de recolha de dados apenas obteve 5% de taxa de resposta, foi reenviado em março de 2023, sendo que as respostas então recolhidas alcançaram a taxa de resposta de 38,7%. Ainda que o número de respostas não seja tão elevado quanto o desejado, os dados recolhidos fornecem-nos uma tendência de resposta que pode ser analisada.

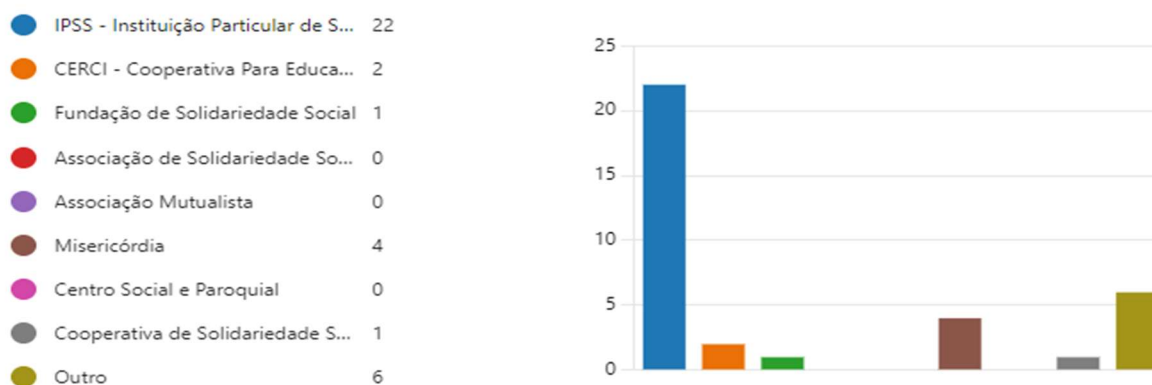
O Distrito de Setúbal tem 13 concelhos, a amostra escolhida foi distribuída aleatoriamente por todos eles, verificando-se uma maior resposta nos concelhos com maior população, Almada e Setúbal. A base de dados inicial incluía 100 organizações, às quais foram enviados e-mails, com o pedido de confirmação de entrega, para se poder analisar se todos os endereços de email estavam válidos. Aproximadamente 7% dos e-mails enviados foram devolvidos por já não existir esse endereço. Desta forma vamos considerar a nossa base de dados real a analisar com 93 organizações válidas, sendo que obtivemos 36 respostas válidas.

Nas secções seguintes são apresentados os principais resultados obtidos através da análise dos dados recolhidos.

4.1 – Caracterização da amostra

Verificou-se que o maior número de respostas foi dado por IPSS (22 organizações). Obtiveram-se também respostas de 4 Misericórdias, 2 CERCIS, 1 Fundação de Solidariedade Social e 1 Cooperativa de Solidariedade Social. Não se obteve qualquer resposta de Associações de Solidariedade Social, Associações mutualistas e Centros Sociais e Paroquiais (figura 27). As organizações inseridas em “outro”, não fornecem qualquer informação sobre o tipo de organização que as caracteriza.

Figura 27 – Organizações que responderam ao inquérito



Fonte: Office Forms – resultados do inquérito

Relativamente à distribuição geográfica das organizações inquiridas, foram recebidas respostas de todos os concelhos do Distrito de Setúbal, à exceção de Sines, como se pode verificar pelo cruzamento da Tabela 1 no software de análise estatística SPSS.

Tabela 1 – Localização das organizações por Concelho

Tabulação cruzada Localização - Concelho * Em que tipo de Organização Social está inserido?

Contagem

Localização - Concelho	CERCI - Cooperativa Para Educação E Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;	Em que tipo de Organização Social está inserido?					Total
		Cooperativa de Solidariedade Social;	Fundação de Solidariedade Social;	IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social;	Misericórdia;	Outro;	
Alcácer do Sal	0	0	0	1	0	0	1
Alcochete	0	0	0	1	0	0	1
Almada	0	0	0	6	1	1	8
Barreiro	0	0	0	2	0	0	2
Barreiro e Moita	1	0	0	0	0	0	1
Grândola	0	0	0	2	0	1	3
Moita	0	0	0	2	0	0	2
Montijo	0	1	1	2	0	0	4
Palmela	0	0	0	0	1	0	1
Santiago do Cacém	1	0	0	0	0	1	2
Seixal	0	0	0	2	0	0	2
Sesimbra	0	0	0	1	0	1	2
Setúbal	0	0	0	4	2	1	7
Total	2	1	1	23	4	5	36

Fonte: SPSS *Estatistic*

Como se pode verificar, Almada e Setúbal são os concelhos com maior representatividade, o que seria de esperar por serem concelhos com elevada densidade populacional e, portanto, maior densidade de organizações sociais que servem as suas populações.

Analisando as freguesias onde as organizações inquiridas prestam os seus serviços, uma delas referiu dar apoio às populações do concelho de Sines. Podemos, assim, considerar que temos pelo menos uma organização respondente por concelho, com representatividade de atuação diversa quanto às freguesias onde atuam. A Tabela 2 ilustra o tipo de organização por freguesia onde atuam.

Tabela 2 – Localização das organizações por Freguesias

Tabulação cruzada Freguesias em que a Organização atua * Em que tipo de Organização Social está inserido?

% em Em que tipo de Organização Social está inserido?

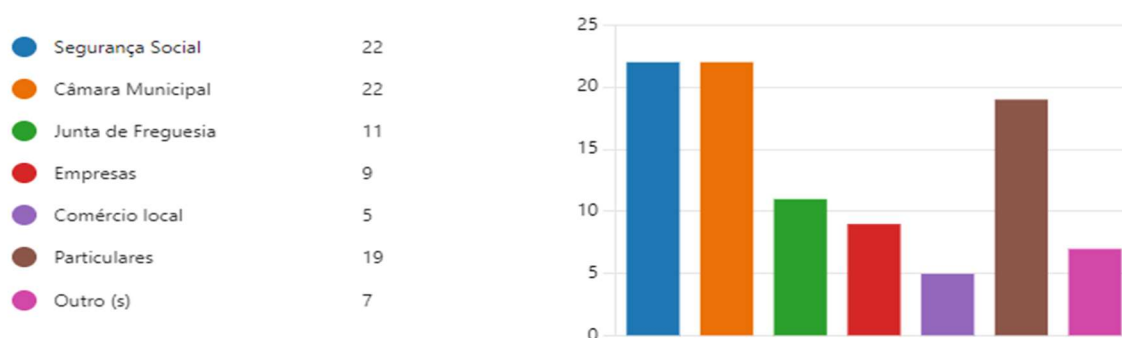
		Em que tipo de Organização Social está inserido?						Total
		CERCI - Cooperativa Para Educação E Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;	Cooperativa de Solidariedade Social;	Fundação de Solidariedade Social;	IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social;	Misericórdia;	Outro;	
Freguesias em que a Organização atua	Alcochete, Samouco, S. Francisco e freguesias dos concelhos vizinhos.				4,3%			2,8%
	Alhos Vedros				4,3%			2,8%
	Almada				13,0%			8,3%
	Almada, cova da Piedade Pragal Cacilhas; Caparica Trafaria; Sobreira					25,0%		2,8%
	Amora				4,3%			2,8%
	AZEITÃO					25,0%		2,8%
	Azinheira dos Barros						20,0%	2,8%
	Barreiro				8,7%			5,6%
	Castelo				4,3%			2,8%
	Cova da Piedade				8,7%			5,6%
	dá resposta aos concelhos de Santiago do Cacém, Sines e algumas freguesias de Odemira. Somos Centro de Recursos para o IEFP em Alcacér do sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira	50,0%						2,8%
	Freguesia de Paio Pires				4,3%			2,8%
	Grândola				8,7%			5,6%
	Laranjeiro				4,3%			2,8%
	Laranjeiro e Feijó						20,0%	2,8%
Montijo			100,0%	8,7%			8,3%	
Palmeira					25,0%		2,8%	
Pegões		100,0%					2,8%	
Quinta do Conde						20,0%	2,8%	
setúbal				4,3%			2,8%	
Sta.maria				4,3%			2,8%	
Todas						20,0%	2,8%	
Todas as freguesias de Ourique, Santiago do Cacém, Sines, Grândola, Sesimbra e Setúbal						20,0%	2,8%	
Todas as freguesias dos sois Concelhos	50,0%						2,8%	
Torrão				4,3%			2,8%	
UFBBVA				4,3%			2,8%	
UFSETUBAL				8,7%	25,0%		8,3%	
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: SPSS *Estatistic*

A maioria das organizações respondentes presta serviços às populações já há alguns anos. A organização com menor antiguidade já conta com 7 anos de atividade, sendo as mais antigas as Misericórdias.

A nível de apoios a estas organizações, pela figura 28 podemos verificar que a Segurança Social e as Câmaras Municipais são quem mais apoia estas organizações, através de subsídios já referidos anteriormente. Conseguimos também verificar que os particulares têm um grande peso nesses apoios. As entidades de comércio local e outras empresas são as que fornecem menos apoios a estas organizações.

Figura 28 – Entidades financiadoras das Organizações respondentes



Fonte: *Office Forms* – resultados do inquérito

Relativamente a outros apoios, identificaram-se sócios e angariação de donativos, ARS/INEM/HOSPITAIS, Ministério da Educação e IEFP, Banco Alimentar, doação de bens alimentares e outros bens.

À questão de associação a estruturas representativas, como seja a CNIS ou a União das Misericórdias, 44% das organizações assinalaram estar associada a uma determinada estrutura. Apesar de a maioria não estar ligada a associações que representem o setor da ES, algumas das organizações estão ligadas a mais do que uma associação. No total as organizações respondentes identificaram associação a sete estruturas representativas, como se evidencia na tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição pelas estruturas representativas

Associação	Organizações	Percentagem
AURPICS	1	4,34 %
EUNOIA	1	4,34 %
UMP	2	8,69 %
Fenacerci	2	8,69 %
União das Misericórdias	2	8,69 %
UDIPSS	5	21,74 %
CNIS	10	43,48 %

Fonte: *Elaboração própria*

A nível de utentes nas instituições respondentes ao questionário, temos uma que só dá apoio externo, não tendo utentes nas instalações, e temos outra organização que assinala o número mais elevado, de 4.000 utentes. Quanto às restantes, as respostas dadas indicam que 35,29 % possui até 100 utentes, 52,94 % entre 101 e 500 utentes e 8,82 % com mais de 501 utentes

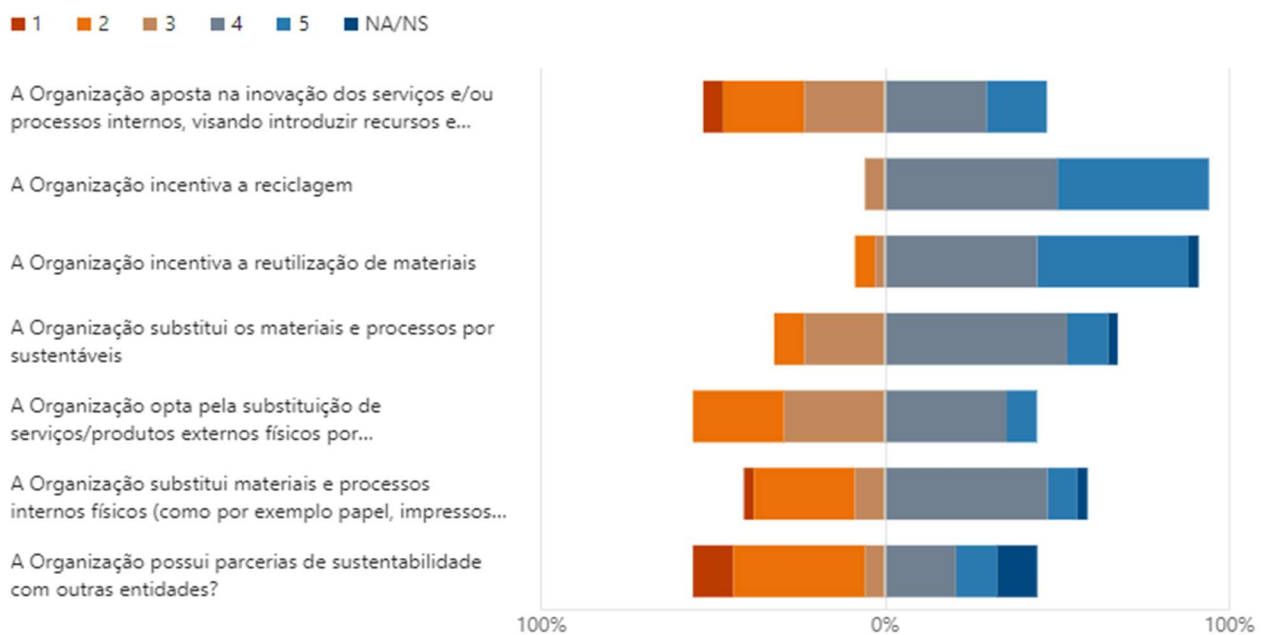
Há que referir, que a nível de voluntariado, em duas das organizações são os dirigentes que são voluntários, das restantes 32 respondentes 43,75 % não possuem qualquer tipo de voluntariado.

4.2 – Práticas de Sustentabilidade das organizações

Utilizando uma escala de Likert de 5 pontos, em que 1 traduz pouco importante e 5 muito importante, às perguntas seguintes vamos analisá-las no sentido de respostas negativas (níveis 1 ou 2 da escala de Likert), neutras (nível 3) e positivas (níveis 4 ou 5 da escala utilizada), sendo ainda possível uma resposta do tipo “Não sabe” (NS) ou “Não se aplica à situação” (NA).

À pergunta se a Organização opta por processos renováveis e naturais em vários aspetos assinalados na figura 29, respostas foram as seguintes:

Figura 29 – Processos renováveis e naturais utilizados pela Organização



Fonte: Office Forms – resultados do inquérito

Analisando as percentagens por questão:

- **A Organização aposta na inovação dos serviços e/ou processos internos, visando introduzir recursos e energias renováveis e desenvolver novas soluções imitando o que acontece na natureza**

Sendo a resposta positiva em 47% dos casos, podemos aferir que apenas metade das organizações inquiridas apostam na inovação de serviços, processos e recursos.

- **A Organização incentiva a reciclagem**

Não existem respondentes com resposta negativa e podemos verificar que a esmagadora maioria das organizações (94,1%) se preocupam com a política da Reciclagem e, assim, deduzir que as pessoas e utentes estão sensibilizados para o fazer.

- **A Organização incentiva a reutilização de materiais**

As respostas foram maioritariamente positivas (88,2%), evidenciando que a maioria das organizações inquiridas incentiva a reutilização de materiais, ainda que existam 5,9% das organizações que não promove esta atitude.

- **A Organização substitui os materiais e processos por sustentáveis**

A maioria das organizações (64,5%) respondeu positivamente à questão da substituição de materiais e processos por outros mais sustentáveis.

- **A Organização opta pela substituição de serviços/produtos externos físicos por serviços/produtos externos virtuais**

A nível das novas tecnologias e da substituição de serviços/produtos externos físicos por virtuais, verificamos nesta resposta que apesar de positiva, ainda não existem recursos ou sensibilização suficientes para esta atitude, pois menos de metade das organizações (44,1%) as aplicam.

- **A Organização substitui materiais e processos internos físicos (como por exemplo papel, impressos) por novas tecnologias digitais (desmaterialização)**

A nível da desmaterialização dos processos internos, verifica-se um valor positivo de respostas, sendo que 55,9% das organizações inquiridas responderam favoravelmente a esta questão. A título de exemplo, podemos considerar que os novos programas de faturação já

disponibilizam a hipótese de envio da fatura por correio eletrónico e consequentemente a redução de papel.

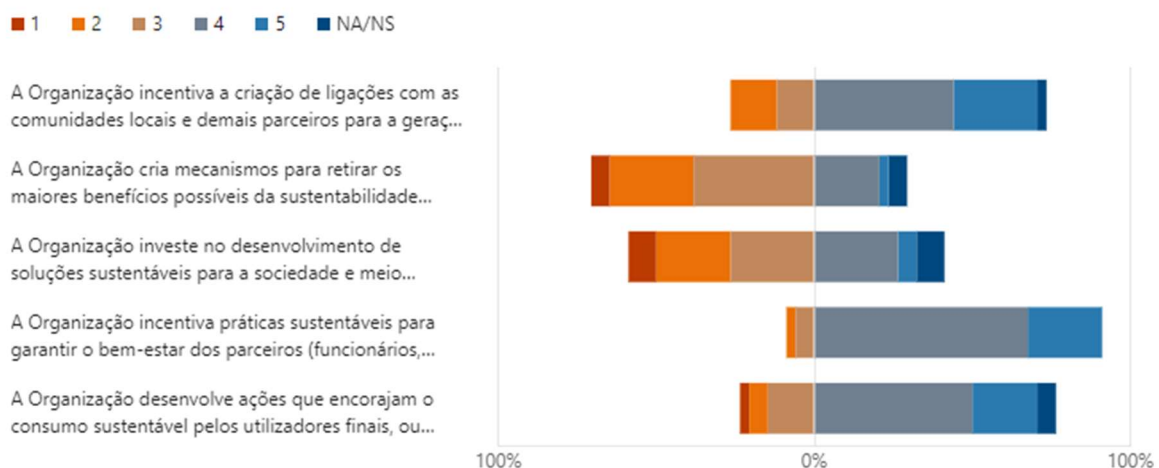
- **A Organização possui parcerias de sustentabilidade com outras entidades?**

As parcerias são de extrema utilidade na promoção de práticas sustentáveis como a redução de desperdícios e consequente redução de custos. No entanto, 50% dos inquiridos deu uma resposta negativa, com apenas 32,4% das organizações a afirmarem possuir parcerias de sustentabilidade com outras entidades.

Podemos concluir deste primeiro leque de questões sobre práticas sustentáveis que, a nível da utilização de processos renováveis e naturais, os que as organizações mais aplicam são a **reciclagem** e a **reutilização** de materiais, confirmando o reconhecimento da importância e da aplicação de 2 dos R's que estão na base da política de sustentabilidade. Sendo que as maiores debilidades nestas organizações se encontram na inovação de serviços e processos internos com vista à promoção da sustentabilidade e nas parcerias que permitiriam promover práticas mais sustentáveis.

Na questão seguinte pretende-se saber a opinião das organizações inquiridas relativamente à sociedade em que se insere e ao meio ambiente. A figura 30 apresenta os resultados obtidos nesta questão.

Figura 30 – Opinião das Organizações relativamente à sociedade onde se inserem e ao meio ambiente.



Fonte: *Office Forms* – resultados do inquérito

Verifica-se uma tendência muito positiva nas respostas às perguntas 4 e 5, com valores de 91,1% e 70,6% respetivamente, o que indicia que as organizações respondentes estão

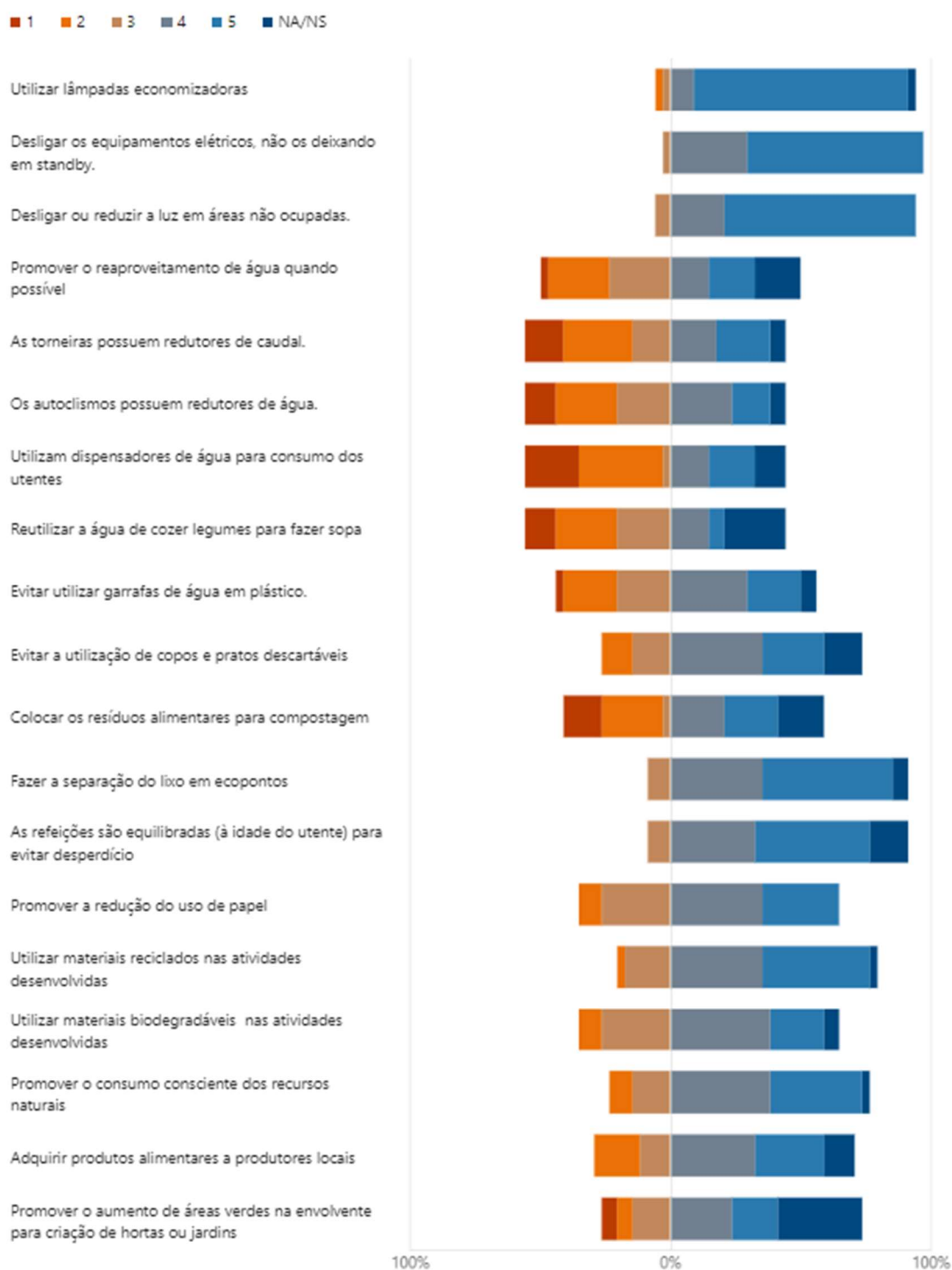
sensibilizadas para incentivar práticas sustentáveis que garantam o bem estar dos diferentes interlocutores (funcionários, utentes, fornecedores, outros) e que desenvolvem ações que encorajam o consumo sustentável pelos utilizadores finais e a adoção de estilos de vida mais sustentáveis.

Também na criação de ligações com as comunidades locais e demais parceiros para a geração de benefícios sociais e ambientais (pergunta 1) a tendência de respostas foi globalmente positiva.

Quanto à criação de mecanismos que permitam retirar os maiores benefícios da sustentabilidade (pergunta 2) e ao desenvolvimento de soluções sustentáveis (pergunta 3) verifica-se uma tendência de respostas neutras ou mesmo negativas.

Na questão seguinte foram apresentados um conjunto de práticas de sustentabilidade, as quais ao englobar aspetos sobre a importância de diversas situações concretas para as organizações, apresenta tendências de resposta diferentes que devemos analisar. O mapa de respostas obtido é apresentado na figura 31.

Figura 31 – Mapa de perguntas sobre sustentabilidade



Fonte: *Office Forms* – resultados do inquérito

Através da análise do mapa produzido na figura 31, verifica-se uma tendência de resposta negativa em alguns pontos que merecem a nossa atenção, designadamente a reduzida utilização de torneiras com redutores de caudal e de autoclismos com redutores de água, a fraca utilização de dispensadores de água para consumo, a reduzida reutilização de águas de

legumes na produção alimentar. Todos estes aspetos, evidenciados como os menos utilizados pelas organizações inquiridas, causam um desperdício de água desnecessário, que poderia ser evitado.

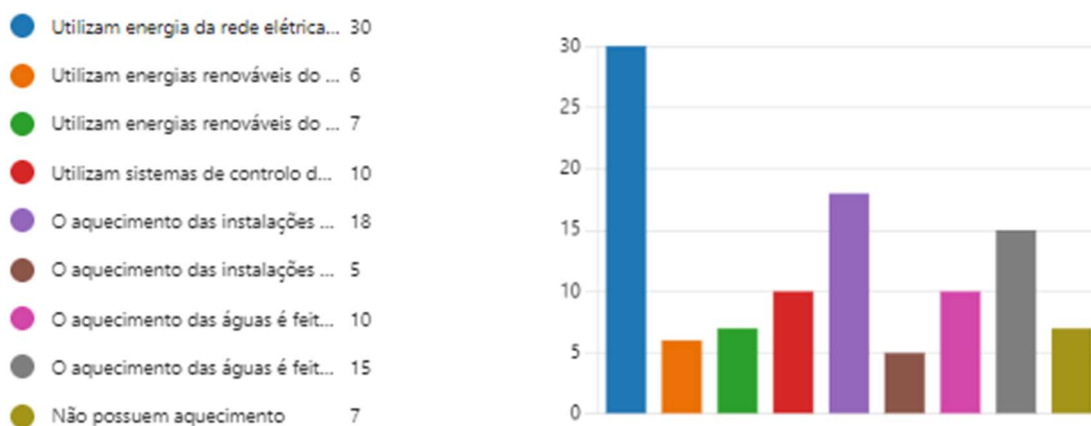
Também a utilização da compostagem para colocação de resíduos alimentares evidência uma tendência menos expressiva nestas organizações. A utilização mais intensiva da compostagem pode gerar um benefício se existir a criação de hortas ou jardins na organização como fertilizante. No entanto, se existissem maior número de parcerias entre as instituições e a sociedade envolvente podia gerar um intercâmbio positivo para o consumo de produtos dos produtores locais.

Numa perspetiva positiva, os resultados evidenciam uma elevada preocupação com o consumo energético, a separação de lixo em ecopontos e a preparação de refeições equilibradas adequadas à idade do utente.

As questões relativas ao consumo energético são as que apresentam as respostas mais positivas, demonstrando a prática destas organizações na utilização de lâmpadas economizadoras e desligando aparelhos elétricos e espaços físicos que não estão em uso.

Contudo, na questão concreta sobre práticas de utilização energética (figura 32) verificamos que 30 dos 34 respondentes assinalaram continuar a consumir energia da rede elétrica nacional, com poucas organizações a indicarem a utilização de energias renováveis do tipo fotovoltaico (7) ou do tipo solar térmico (6). Também no que respeita ao aquecimento das instalações, quando existe, é maioritariamente efetuado por aparelhos elétricos, bem como o aquecimento das águas.

Figura 32 – Utilização energética



Fonte: *Office Forms* – resultados do inquérito

Outro aspeto muito positivo evidenciado na análise das respostas ao questionário foi a questão sobre o destino que é dado às sobras alimentares. Apenas duas organizações indicaram descartar a comida para o lixo, o que corresponde a apenas 5,9% dos respondentes. A opção mais selecionada foi a que indicava a conversão das sobras alimentares em outra comida (41,2%), seguido da indicação de que a comida é distribuída pelos funcionários e/ou por famílias carenciadas, situações que promovem o não desperdício alimentar.

4.3 – Política dos R’s e sua aplicação nas organizações

As perguntas seguintes estão diretamente relacionadas com a visão das organizações a nível da política dos R’s e sua aplicação na atividade do dia a dia das organizações.

A nível da política dos R’s as organizações foram questionadas não apenas sobre os 3 R’s tão divulgados, mas sobre todos os 10 R’s mais recentemente definidos, conforme referido na revisão da literatura. O SPSS permite-nos efetuar uma análise cruzando as organizações com as respostas dadas para cada “R”.

Os resultados referentes aos 3 R’s iniciais estão referidos na Tabela 4 (Reduzir), Tabela 5 (Reutilizar) e Tabela 6 (Reciclar).

Tabela 4 – REDUZIR – pegada ecológica

Tabulação cruzada REDUZIR - pegada ecológica * Em que tipo de Organização Social está inserido?

% em Em que tipo de Organização Social está inserido?

		Em que tipo de Organização Social está inserido?						
		CERCI - Cooperativa Para Educação E Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;	Cooperativa de Solidariedade Social;	Fundação de Solidariedade Social;	IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social;	Misericórdia;	Outro;	Total
REDUZIR - pegada ecológica	Dar 2ª vida a vestuário				15,2%	12,5%		11,1%
	Emissão de Carbono	50,0%	50,0%	50,0%	26,1%	37,5%	30,0%	30,6%
	Livros						10,0%	1,4%
	Materiais obsoletos ou av				4,3%			2,8%
	Materiais poluentes	50,0%	50,0%		8,7%	12,5%	10,0%	12,5%
	Material Escolar				2,2%		10,0%	2,8%
	Papel/Cartão				6,5%	25,0%	10,0%	8,3%
	Plásticos			50,0%	21,7%		30,0%	19,4%
	Resíduos naturais				8,7%			5,6%
	Revistas/Jornais				4,3%			2,8%
Vidro				2,2%	12,5%		2,8%	
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SPSS *Estatistic*

Após análise dos dados obtidos, verificamos que, ao nível do **REDUZIR**, a maior preocupação das organizações foi com as emissões de carbono, seguida da redução de plásticos,

encontrando-se a redução de materiais poluentes em terceiro lugar. Não foi feita nenhuma referência pelas organizações à redução de resíduos alimentares ou de objetos recreativos.

Tabela 5 – REUTILIZAR – o que seria descartado, dando-lhe outro destino

Tabulação cruzada REUTILIZAR - o que seria descartado dando-lhe outro destino * Em que tipo de Organização Social está inserido?

% em Em que tipo de Organização Social está inserido?

		Em que tipo de Organização Social está inserido?						
		CERCI - Cooperativa Para Educação E Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;	Cooperativa de Solidariedade Social;	Fundação de Solidariedade Social;	IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social;	Misericórdia;	Outro;	Total
REUTILIZAR - o que seria descartado dando-lhe outro destino	Dar 2ª vida a vestuário	50,0%		50,0%	32,6%	37,5%	30,0%	33,3%
	Emissão de Carbono						10,0%	1,4%
	Livros			50,0%	8,7%	12,5%	10,0%	9,7%
	Materiais obsoletos ou av				4,3%			2,8%
	Material Escolar		50,0%		8,7%	12,5%	20,0%	11,1%
	Objetos recreativos(brinq				15,2%	12,5%		11,1%
	Papel/Cartão	50,0%			19,6%		10,0%	16,7%
	Plásticos				2,2%		10,0%	2,8%
	Resíduos alimentares		50,0%		2,2%	12,5%		4,2%
	Revistas/Jornais				4,3%			2,8%
Vidro				2,2%	12,5%	10,0%	4,2%	
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SPSS *Estatistic*

No **REUTILIZAR** a maior percentagem concentra-se em dar 2ª vida ao vestuário, seguido de reutilizar papel e cartão e com a mesma percentagem em terceira escolha temos a reutilização de material escolar e de objetos recreativos (como exemplo os brinquedos e jogos). Não foi feita qualquer referência à reutilização de materiais poluentes e resíduos naturais.

Tabela 6 – RECICLAR – quando não tem uso ou conserto

Tabulação cruzada RECICLAR - quando não tem uso ou conserto * Em que tipo de Organização Social está inserido?

% em Em que tipo de Organização Social está inserido?

		Em que tipo de Organização Social está inserido?						
		CERCI - Cooperativa Para Educação E Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;	Cooperativa de Solidariedade Social;	Fundação de Solidariedade Social;	IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social;	Misericórdia;	Outro;	Total
RECICLAR - quando não tem uso ou conserto	Dar 2ª vida a vestuário			50,0%	15,2%		10,0%	12,5%
	Livros				4,3%			2,8%
	Materiais obsoletos ou av		50,0%		15,2%	37,5%	30,0%	19,4%
	Materiais poluentes				2,2%	12,5%		2,8%
	Material Escolar	50,0%			10,9%		10,0%	11,1%
	Objetos recreativos(brinq				8,7%		10,0%	6,9%
	Papel/Cartão		50,0%		17,4%		20,0%	15,3%
	Plásticos			50,0%	8,7%		10,0%	8,3%
	Resíduos naturais				4,3%	12,5%		4,2%
	Revistas/Jornais	25,0%			8,7%	12,5%	10,0%	9,7%
Vidro	25,0%			4,3%	25,0%		6,9%	
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SPSS *Estatistic*

No **RECICLAR**, o último dos 3 R's mais conhecidos, a escolha com maior percentagem recai sobre a reciclagem de materiais obsoletos ou avariados, seguido do papel e cartão e vestuário, os plásticos e vidro obtiveram uma percentagem de 8,3 % e 6,9 % respetivamente estando em sexto e sétimo lugar nas escolhas das organizações respondentes. Não foi efetuada qualquer relevância à reciclagem de resíduos alimentares e emissões de carbono.

Após a análise referente aos restantes 7 R's, temos os resultados nas tabelas de 7 a 13.

Tabela 7 – RECUSAR – produtos que agridem a natureza

Tabulação cruzada RECUSAR - produtos que agridem a natureza e não respeitam a legislação ambiental * Em que tipo de Organização Social está inserido?

% em Em que tipo de Organização Social está inserido?

		Em que tipo de Organização Social está inserido?						Total
		CERCI - Cooperativa Para Educação E Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;	Cooperativa de Solidariedade Social;	Fundação de Solidariedade Social;	IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social;	Misericórdia;	Outro;	
RECUSAR - produtos que agridem a natureza e não respeitam a legislação ambiental	Dar 2ª vida a vestuário				4,3%	12,5%		4,2%
	Emissão de Carbono				32,6%	25,0%	30,0%	27,8%
	Livros				2,2%			1,4%
	Materiais obsoletos ou av	50,0%		50,0%	6,5%	12,5%	20,0%	12,5%
	Materiais poluentes	25,0%		50,0%	30,4%	37,5%	30,0%	30,6%
	Objetos recreativos(brinq		50,0%		6,5%			5,6%
	Plásticos	25,0%	50,0%		10,9%		20,0%	12,5%
	Resíduos naturais				2,2%	12,5%		2,8%
	Revistas/Jornais				2,2%			1,4%
	Vidro				2,2%			1,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: SPSS *Estatistic*

A preocupação principal para o **RECUSAR** foca os materiais poluentes, seguido das emissões de carbono e dos plásticos em terceiro lugar, empatados com os materiais obsoletos ou avariado. Não se verifica qualquer resposta referente a resíduos alimentares, papel e cartão e material escolar.

Tabela 8 – REPENSAR – atitudes diárias e consumo consciente

Tabulação cruzada REPENSAR - atitudes diárias e consumo consciente * Em que tipo de Organização Social está inserido?

% em Em que tipo de Organização Social está inserido?

		Em que tipo de Organização Social está inserido?						Total
		CERCI - Cooperativa Para Educação E Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;	Cooperativa de Solidariedade Social;	Fundação de Solidariedade Social;	IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social;	Misericórdia;	Outro;	
REPENSAR - atitudes diárias e consumo consciente	Dar 2ª vida a vestuário	25,0%			15,2%		20,0%	13,9%
	Emissão de Carbono		50,0%		8,7%	12,5%	10,0%	9,7%
	Livros						10,0%	1,4%
	Materiais obsoletos ou av				4,3%			2,8%
	Materiais poluentes				10,9%			6,9%
	Material Escolar				6,5%			4,2%
	Objetos recreativos(brinq	25,0%		50,0%	2,2%	25,0%	30,0%	11,1%
	Papel/Cartão				6,5%		10,0%	5,6%
	Plásticos				13,0%	37,5%	20,0%	15,3%
	Resíduos alimentares	25,0%		50,0%	10,9%			9,7%
	Resíduos naturais	25,0%			17,4%	12,5%		13,9%
	Revistas/Jornais				4,3%	12,5%		4,2%
Vidro		50,0%					1,4%	
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: SPSS *Estatistic*

No que respeita ao **REPENSAR**, todas as hipóteses foram consideradas pelos respondentes, sendo os plásticos os que revelam ser a maior preocupação, seguido do vestuário e dos resíduos naturais.

Tabela 9 – REPARAR – o que tem conserto

Tabulação cruzada REPARAR - o que tem conserto * Em que tipo de Organização Social está inserido?

% em Em que tipo de Organização Social está inserido?

		Em que tipo de Organização Social está inserido?						Total
		CERCI - Cooperativa Para Educação E Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;	Cooperativa de Solidariedade Social;	Fundação de Solidariedade Social;	IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social;	Misericórdia;	Outro;	
REPARAR - o que tem conserto	Dar 2ª vida a vestuário	25,0%	50,0%	100,0%	43,5%	62,5%	50,0%	47,2%
	Livros				2,2%			1,4%
	Materiais obsoletos ou av	25,0%	50,0%		19,6%	12,5%	10,0%	18,1%
	Material Escolar				4,3%		10,0%	4,2%
	Objetos recreativos(brinq	25,0%			13,0%		10,0%	11,1%
	Papel/Cartão				4,3%			2,8%
	Plásticos				10,9%	12,5%	10,0%	9,7%
	Resíduos alimentares				2,2%		10,0%	2,8%
	Resíduos naturais					12,5%		1,4%
	Vidro	25,0%						1,4%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: SPSS *Estatistic*

Na análise do **REPARAR**, obtemos uma percentagem de 47,2 % para o vestuário seguido de material obsoleto ou avariado e dos objetos recreativos (brinquedos, jogos). 9,7% dos respondentes considera ainda reparar os plásticos.

Tabela 10 – REINTEGRAR – devolver à natureza o que dela veio

Tabulação cruzada REINTEGRAR- devolver à natureza o que dela veio. Exemplo: Compostagem de lixo orgânico. * Em que tipo de Organização Social está inserido?

% em Em que tipo de Organização Social está inserido?

		Em que tipo de Organização Social está inserido?						Total
		CERCI - Cooperativa Para Educação E Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;	Cooperativa de Solidariedade Social;	Fundação de Solidariedade Social;	IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social;	Misericórdia;	Outro;	
REINTEGRAR- devolver à natureza o que dela veio. Exemplo: Compostagem de lixo orgânico.	Dar 2ª vida a vestuário				8,7%		10,0%	6,9%
	Emissão de Carbono				2,2%			1,4%
	Livros	25,0%						1,4%
	Resíduos alimentares	50,0%	50,0%	50,0%	43,5%	50,0%	50,0%	45,8%
	Resíduos naturais	25,0%	50,0%	50,0%	43,5%	50,0%	40,0%	43,1%
	Revistas/Jornais				2,2%			1,4%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SPSS *Estatistic*

No **REINTEGRAR**, as organizações preocupam-se essencialmente com a reintegração de resíduos alimentares e dos resíduos naturais.

Tabela 11 – RESPEITAR – a vida e os seres vivos, as pessoas, seu trabalho e escola, o ambiente e a natureza

Tabulação cruzada RESPEITAR - a vida e os seres vivos, as pessoas, seu trabalho e escola, o ambiente e a natureza * Em que tipo de Organização Social está inserido?

% em Em que tipo de Organização Social está inserido?

		Em que tipo de Organização Social está inserido?						Total
		CERCI - Cooperativa Para Educação E Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;	Cooperativa de Solidariedade Social;	Fundação de Solidariedade Social;	IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social;	Misericórdia;	Outro;	
RESPEITAR - a vida e os seres vivos, as pessoas, seu trabalho e escola, o ambiente e a natureza	Dar 2ª vida a vestuário	25,0%			8,7%			6,9%
	Emissão de Carbono				10,9%		10,0%	8,3%
	Livros					12,5%		1,4%
	Materiais obsoletos ou av				2,2%			1,4%
	Materiais poluentes	25,0%	50,0%		17,4%		20,0%	16,7%
	Material Escolar				4,3%			2,8%
	Objetos recreativos(brinq				6,5%	25,0%		6,9%
	Papel/Cartão				4,3%	12,5%		4,2%
	Plásticos			50,0%	4,3%	12,5%	20,0%	8,3%
	Resíduos alimentares				15,2%	25,0%		12,5%
	Resíduos naturais	50,0%	50,0%	50,0%	23,9%	12,5%	40,0%	27,8%
	Revistas/Jornais				2,2%		10,0%	2,8%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SPSS *Estatistic*

Quando questionados sobre **RESPEITAR** as organizações consideram mais importante respeitar os resíduos naturais, os materiais poluentes e os resíduos alimentares, por esta ordem de relevância.

Tabela 12 – RESPONSABILIZAR-SE pelos seus atos e os impactos que eles causam

Tabulação cruzada RESPONSABILIZAR-SE - pelos seus atos e os impactos que eles causam * Em que tipo de Organização Social está inserido?

% em Em que tipo de Organização Social está inserido?

		Em que tipo de Organização Social está inserido?						Total
		CERCI - Cooperativa Para Educação E Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;	Cooperativa de Solidariedade Social;	Fundação de Solidariedade Social;	IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social;	Misericórdia;	Outro;	
RESPONSABILIZAR-SE - pelos seus atos e os impactos que eles causam	Dar 2ª vida a vestuário				6,5%	25,0%	10,0%	8,3%
	Emissão de Carbono	25,0%			19,6%	25,0%	10,0%	18,1%
	Livros				10,9%			6,9%
	Materiais obsoletos ou av			50,0%	2,2%			2,8%
	Materiais poluentes			50,0%	26,1%		30,0%	22,2%
	Material Escolar				4,3%	12,5%		4,2%
	Papel/Cartão				2,2%	25,0%		4,2%
	Plásticos				8,7%		10,0%	6,9%
	Resíduos alimentares	25,0%			6,5%	12,5%	10,0%	8,3%
	Resíduos naturais	25,0%	50,0%		8,7%		30,0%	12,5%
	Revistas/Jornais	25,0%	50,0%		4,3%			5,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: SPSS Estatistic

Quanto ao **RESPONSABILIZAR-SE** pelos seus atos e os impactos que eles causam, consideram as organizações respondentes mais relevante responsabilizar-se pelos materiais poluentes, pelas emissões de carbono e pelos recursos naturais.

Tabela 13 – Distribuição pelas estruturas representativas

Tabulação cruzada REPASSAR - os conhecimentos que podem ajudar a tornar o mundo melhor e sustentável * Em que tipo de Organização Social está inserido?

% em Em que tipo de Organização Social está inserido?

		Em que tipo de Organização Social está inserido?						Total
		CERCI - Cooperativa Para Educação E Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;	Cooperativa de Solidariedade Social;	Fundação de Solidariedade Social;	IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social;	Misericórdia;	Outro;	
REPASSAR - os conhecimentos que podem ajudar a tornar o mundo melhor e sustentável	Dar 2ª vida a vestuário				13,0%	25,0%	10,0%	12,5%
	Emissão de Carbono		50,0%		19,6%	12,5%		15,3%
	Livros				4,3%	37,5%	20,0%	9,7%
	Materiais obsoletos ou av				4,3%		10,0%	4,2%
	Materiais poluentes	25,0%	50,0%		26,1%	12,5%	20,0%	23,6%
	Material Escolar			50,0%	2,2%			2,8%
	Objetos recreativos(brinq				6,5%			4,2%
	Papel/Cartão				6,5%	12,5%		5,6%
	Resíduos alimentares			50,0%	4,3%		20,0%	6,9%
	Resíduos naturais	50,0%			6,5%		20,0%	9,7%
	Revistas/Jornais	25,0%			6,5%			5,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: SPSS Estatistic

Por último perante o **REPASSAR**, as organizações consideram mais relevantes os materiais poluentes, as emissões de carbono e o dar 2ª vida ao vestuário.

Estes dois últimos “R”, referem idênticas preocupações com os materiais poluentes e as emissões de carbono, sendo que pode ser deduzido que existe uma preocupação da geração

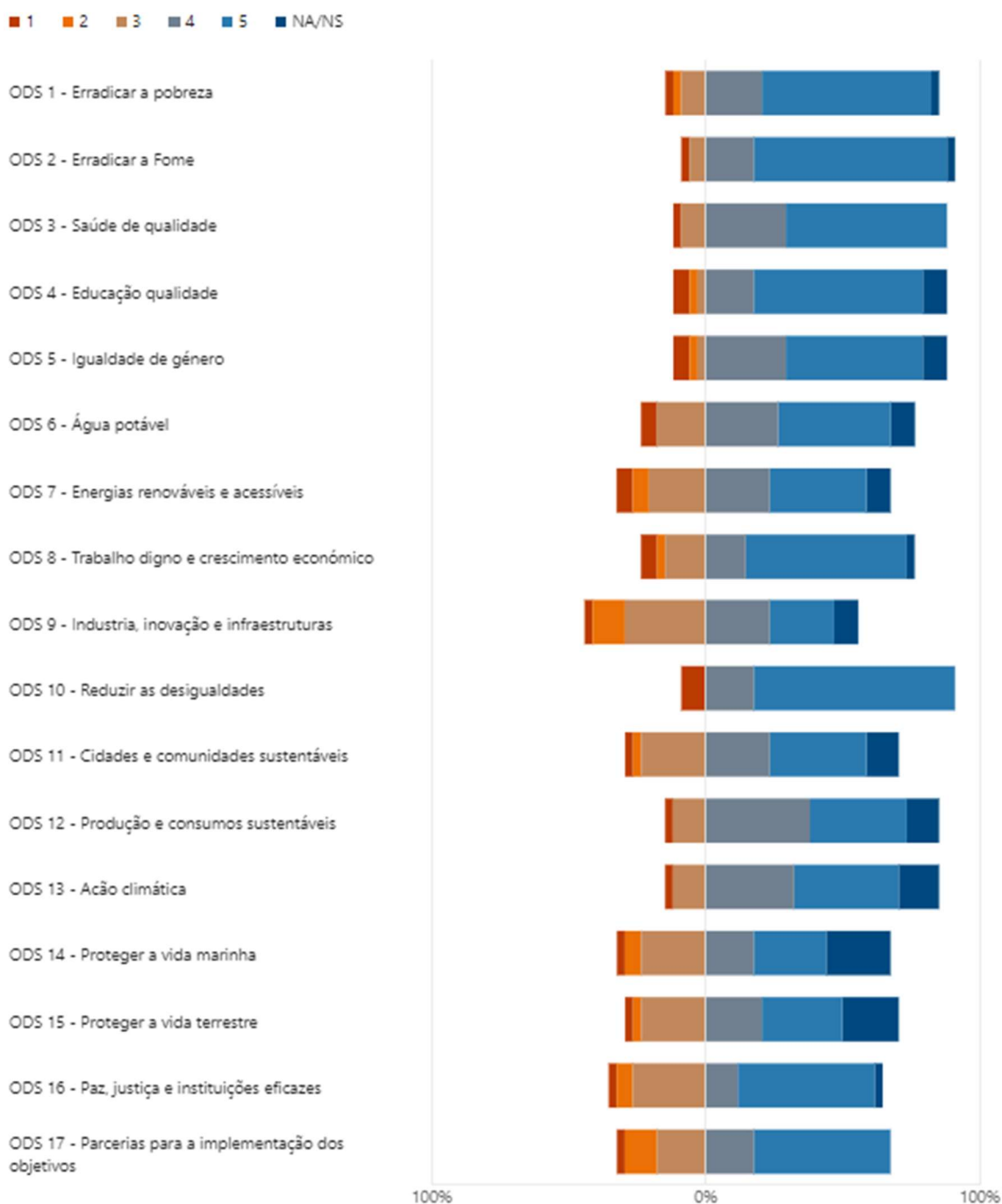
presente em responsabilizar-se e em evitar repassar às gerações futuras os problemas causados por estes dois aspetos fundamentais para um desenvolvimento ambientalmente mais sustentável.

Em síntese, esta análise espelha o conhecimento por parte das organizações inquiridas da política dos R's. Contudo, relacionando com os dados anteriormente analisado sobre a aplicação de práticas de sustentabilidade, verificamos existir ainda pouca aplicação concreta em aspetos fundamentais relacionados, por exemplo, com a redução de utilização e desperdício de água e com a substituição de energias convencionais por energias renováveis, provavelmente devido aos elevados custos que a implementação destas alterações acarreta para organizações financeiramente estranguladas.

4.4 – Contributo das organizações para os ODS

Por último, temos a questão sobre os ODS e a importância destes para a organização, no sentido em que podem ou não contribuir para alcançar as metas neles contidas. A figura 35 apresenta os resultados obtidos para cada um dos 17 ODS, cuja análise evidência que a perceção das organizações sociais inquiridas é globalmente muito positiva quanto ao contributo que podem dar para todos os ODS.

Figura 33 – Respostas aos 17 ODS



Fonte: *Office Forms* – resultados do inquérito

- **ODS 1 – Erradicar a pobreza:** as organizações respondentes assinalaram contribuir em uma resposta positiva com 81,8% contra 5,8% de negativas.
- **ODS 2 – Erradicar a fome:** 88,2% das organizações respondentes indicaram estarem a contribuir para a diminuição da fome, por exemplo, através de distribuição de comida, e apenas 2,9% refere não ter qualquer atuação nesta área.

- **ODS 3 – Saúde de qualidade:** 80,2% indicaram dar importância a este ODS, ao atuarem na ODS 2, e estarem a contribuir para uma melhor saúde.
- **ODS 4 – Educação de qualidade:** uma vez que, alguns dos respondentes poderão ser escolas ou centros de apoio, 79,4% parecem contribuir para melhorar a qualidade de ensino.
- **ODS 5 – Igualdade de género:** as organizações respondentes sugerem contribuir para este objetivo, com uma resposta positiva de 79,4% destas.
- **ODS 6 – Água potável:** sendo uma preocupação de todos, 67,7% dão uma resposta positiva, apesar de se dever considerar nesta análise que 17,6% das Organizações respondentes assinalaram dar uma resposta neutra a este objetivo.
- **ODS 7 - Energia renováveis e acessíveis:** 58,8 % indica dar resposta favorável, mas, mais uma vez, verificamos uma percentagem neutra de 20,6%, que pode surpreender, pois todos devermos contribuir para este objetivo, e sendo uma Organização de Economia Social, ainda deve ser uma preocupação mais evidente.
- **ODS 8 – Trabalho digno e crescimento económico:** podemos considerar a sua importância com uma resposta positiva de 73,5% das organizações respondentes, indicando que, a atividade por elas desenvolvida contribui para este objetivo.
- **ODS 9 – Indústria, Inovação e infraestruturas:** 47,0% consideram positiva e de importância para as suas Organizações, encontramos o valor neutro em 29,4%, podendo indicar que este ODS, não contribui diretamente para as suas Organizações.
- **ODS 10 – Reduzir as desigualdades:** este é um problema social, comprovado através do elevado índice de resposta no muito importante (73,5%), e com uma resposta positiva por parte da quase totalidade das organizações respondentes (91,2%), surpreende, porém, 8,8% terem respondido no nível de mais baixa importância.
- **ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis:** objetivo importante dado a sua positividade ser superior a 50%, ainda que as respostas de nível 3 (neutro) e 4 (importante) tenham obtido a mesma percentagem, 23,5%.
- **ODS 12 – Produção e consumos sustentáveis:** é considerada a sua importância pelas Organizações com uma positividade de 73,5%, apesar de existirem 2,9% que consideram “nada importante”.

- **ODS 13 – Ação climática:** mais uma resposta positiva de percentagem elevada (70,6%), revelando a importância que esta ODS parece revestir para as Organizações inquiridas.
- **ODS 14 – Proteger a vida marinha:** apesar da relevância do tema, a positividade de respostas apenas chegar aos 44,1%, as respostas negativas apresentam um valor de 8,9% e os neutros têm 23,5% das respostas.
- **ODS 15 – Proteger a vida terrestre:** com resultados semelhantes ao ODS anterior, sendo que a positividade apresenta um valor de 50%.
- **ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes:** considerado um dos objetivos muito importante, com 50% de respostas no nível de importância máximo.
- **ODS 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos:** com igual desempenho ao ODS anterior.

De realçar que os valores percentuais analisados, omitiram a escolha de NA/NS “não aplicável” ou “não sabe”. Apenas os ODS 3, 10 e 17 não tiveram respostas desta tipologia. Encontrando-se os valores mais elevados no ODS 14 e 15, com 23,5% e 20,6% das organizações respondentes a indicarem que é um ODS “não aplicável” ou “não sabem” a importância do mesmo para a sua organização, respetivamente.

Outra das perguntas do questionário centra-se na forma como as organizações promovem a sensibilização de utentes para contribuir para a sustentabilidade, sendo que 86,5% das organizações promovem pouco este tema junto dos seus utentes e 79,4% também não o promovem junto dos seus funcionários.

Ao serem questionados sobre outras boas práticas aplicadas na organização encontramos, horta ecológica, preocupação em substituir equipamentos para outros com melhor nível energético, evitar o desperdício alimentar e uma resposta social intitulada “a sopa dos pobres”.

Como desafios encontrados para promover a sustentabilidade na organização encontramos, falta de informação, falta de incentivo, reduzidos recursos financeiros, promoção só do que sabem realizável, falta de tempo e apoio, mudar as mentalidades enraizadas no passado, desinformação dos trabalhadores, resistência dos utentes, falta de interesse da comunidade familiar dos utentes.

Capítulo 5 - Conclusão e investigação futura

Como objetivo deste trabalho pretendia-se perceber de que forma a ES, através da aplicação da política dos R's e dos ODS, contribui para os objetivos da EC.

Na sequência deste objetivo questionámos organizações do TS do Distrito de Setúbal. De uma amostra de 100 organizações, apenas considerámos 93, devido à devolução de correio eletrónico por inexistência de e-mail válido, obtendo no final 36 respostas válidas, correspondente a uma taxa de resposta de 38,7%.

De realçar que este número de respostas não teria sido possível sem o apoio de organizações como a CASES, CNIS, UDIPSS, FENACERCI, às quais foi solicitada ajuda para junto dos seus associados solicitarem resposta a este questionário, referindo a sua importância.

Como já referido, a metodologia de inquérito por questionário, apesar de ser indicada a nível de estudos em ciências sociais, cada vez mais é colocada de parte pelos potenciais respondentes. O uso de meios informáticos oferece desvantagens no sentido de não sabermos quem recebe o pedido, como é processado, se na realidade chega a ser recebido ou se é desviado para *spam*. Por outro lado, a imensa informação que nos dias de hoje é recebida por e-mail causa desinteresse nas pessoas, mesmo que considerem que tem alguma importância. Se o questionário não for logo respondido, passa ao esquecimento, à falta de tempo, ao “respondo mais tarde” e, na maioria dos casos, não chega a ser respondido.

Não podendo ser comparável (este é um questionário particular, enquanto o INE e o CASES são entidades de referência nacional) o ISES, de uma amostra de 6019 entidades, apenas obteve 3550 respostas a nível Nacional.

Podemos considerar que existe uma falta de recursos financeiros ou de conhecimento da temática da sustentabilidade.

Apesar de poucas respostas, foram analisadas e verifica-se que os respondentes possuem conhecimento sobre os temas dos ODS e da Política dos R's. Contudo, mesmo a implementação das diretrizes legisladas em matérias relativas à sustentabilidade é difícil por resistência dos utentes, das famílias, disponibilidade financeira e falta de informação/formação.

Os 3 primeiros R's, de conhecimento mais abrangente, devido à sua constante e repetida referência (Reduzir, Reutilizar, Reciclar) foram analisados em separado. Quanto aos restantes, podemos verificar que existe conhecimento e preocupação, pelas respostas obtidas, contudo a sua aplicação devido ao baixo número de respostas é indefinida. As

organizações respondentes dão maior ênfase às situações que ouvem diariamente na comunicação social, e consideram as emissões de carbono, os plásticos, o papel e o vestuário como os mais importantes a nível de reciclagem e reutilização.

Quando confrontados com os outros 7 R's, as organizações continuam a dar maior importância aos R's acima referidos, e adicionalmente à recusa de uso de materiais poluentes e à reparação do vestuário. Também foi evidenciada preocupação em responsabilizar-se com os materiais poluentes e as emissões de carbono e em evitar repassar às gerações futuras os problemas causados por estes.

Devido à menor percentagem atribuída a outras escolhas, podemos concluir que existe falta de informação sobre as diversas formas de tratamento de resíduos e materiais, com vista a implementar uma EC, sendo que muitas organizações continuam a trabalhar numa EL.

Não é claro se os resíduos alimentares são reciclados ou colocados no lixo. Apesar das organizações considerarem o repensar com a finalidade do consumo consciente, a grande preocupação apresentada pelos respondentes é o uso de plásticos.

Nesta situação falham os protocolos que poderiam existir entre estas organizações e os produtores locais, que em parceria poderiam usar estes desperdícios como fertilizante, e as organizações obterem produtos mais sustentáveis.

Os plásticos são a grande preocupação. A comunicação social refere oceanos cheios de plásticos e micro plásticos a poluírem os oceanos e reflete-se essa situação nas respostas; no entanto, a eliminação do plástico não está a decorrer da forma desejada, existem produtos considerados de papel que não podem ser reciclados por possuírem plástico incorporado (como por ex. os copos das máquinas automáticas de café). o que não os torna recicláveis nem no papel, nem no plástico.

O consumo energético reflete alguma preocupação com a sua diminuição, apagando luzes não necessárias e desligando aparelhos em estado de *standby* e luzes de espaços físicos não utilizados. O consumo de água refere os redutores de caudal para poupança, apesar de pouco aplicados, o que causa desperdício.

Quanto aos ODS (Agenda 2030) referenciados quase diariamente em tudo (inclusive nas marcas das empresas) direta ou indiretamente todos contribuímos para a sua aplicação. Nota-se nas respostas ao questionário que a fome, a educação, a igualdade de género, a produção e consumo sustentável, a redução das desigualdades, *i.e.* os mais divulgados ou que se relacionam diretamente com o dia a dia das organizações sociais, são os que apresentam

maior preocupação. Existe uma ligação entre eles de uma forma mais ou menos direta, no entanto ao analisar os ODS apenas pelos seus Objetivos pode levar à não perceção da sua real importância devido a serem apenas 17 (e muito gerais) sendo necessário analisar as 169 metas para perceber a sua real finalidade, aplicação e implicação no desenvolvimento sustentável.

Apesar de Portugal ser um grande motivador destas políticas e objetivos, as mesmas ainda não estão totalmente divulgadas de forma perceptível para a sociedade em geral.

A pergunta de partida que levou a este trabalho de pesquisa, tentando perceber a medida em que as Organizações aplicam a política dos R's, a forma como é dado cumprimento às metas dos ODS, e a sua ligação à EC, revela que apesar da preocupação diária mundial sobre este problema, ainda estamos longe de o alcançar no sentido de implementação de medidas ambientais.

Mesmo com um número de respostas reduzido, verificamos que estas revelam pouca aplicação de conceitos relacionados com a sustentabilidade no dia a dia, por motivos monetários, falta de conhecimento e formação, resistência por parte de utentes e familiares, e preocupação apenas com o que é visível para a comunidade. Acrescento que estas empresas possuem um conjunto de valências para sociedade elevado (ver lista em anexo 2). Tudo isto contribui para existir uma baixa certificação destas entidades, como referido na figura 16. As iniciativas implementadas pelas organizações são poucas, devido ao seu custo excessivo e à necessidade de uma elevada mobilização de fatores não existentes nestas organizações. No sentido de aplicação dos ODS, sendo os objetivos globais, não é perceptível a sua aplicação nas organizações em estudo - o que se reflete nas respostas obtidas.

A ES pode ser um pilar de desenvolvimento da EC, mas para isso será necessário tomar medidas de incentivo nestas organizações e sensibilizar população, funcionários, utentes e voluntários através de informação direcionada a este setor económico.

O centro de Formação para a Sustentabilidade deveria ser descentralizado a todos os Concelhos e formar pelo menos uma pessoa pertencente a cada uma das organizações, cada um não tem de fazer tudo, mas a parte que compete ao seu setor. Podemos ainda considerar aplicar uma certificação a estas organizações à semelhança das Empresas de Comércio e Serviços.

De forma alguma este trabalho está terminado, estas conclusões baseiam-se em resultados que se aproximam aos obtidos no ISES 2018 e na CSES 2019/2020, no sentido da pouca percentagem encontrada nestes estudos de preocupação com a sustentabilidade.

Como proposta de investigação futura, podemos com a parceria das associações representantes do TS, percebermos por Concelho o comportamento das organizações de ES, envolvendo as Câmaras Municipais (que são uma das principais fontes de financiamento) podemos também tentar perceber a perceção que estas organizações têm das metas de cada um dos objetivos dos ODS, fazer um estudo de possíveis parcerias com produtores locais.

Pode também ser efetuado um estudo, em colaboração com as Associações que representam este setor, tentando averiguar a perceção destes temas pelas organizações que são por elas representados.

Outro estudo mais abrangente que poderá ser útil e dado o INE possuir dados a nível de Zonas, utilizar como comparação, fazendo um estudo na zona metropolitana de Lisboa onde o Distrito de Setúbal está inserido.

De refletir também, sobre um estudo ao nível de necessidades de formação sobre a legislação vigente a nível de ES e EC, aos dirigentes, funcionários e voluntários das organizações do TS.

Bibliografia

- Agenda 2030 - Transformando nosso Mundo*. (s.d.). Obtido de <https://sdgs.un.org/2030agenda>
- Almeida, V. (2011). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social. Governação das Sociedades Contêmporaneas. Interações*.
- Anderberg, E., Nordén, E., & Hansson, B. (2009). *Global learning for sustainable development in higher education: recent trends and a critique*. (Vol. 4). International Journal of Sustainability in Higher Education. doi:<https://doi.org/10.1108/14676370910990710>
- Armani, D. (2004). *Série Parcerias e Mobilização Social n° 5*. Ministério da Saúde do Brasil. Obtido de <http://cmappublic2.ihmc.us/rid=1GMSM0H5M-1V2SYXN-GTM/sustentabilidade.pdf>
- Azevedo, C., & Couto, P. (2012). *Desempenho, sustentabilidade e eficiência económica em OSFL*. Impulso Positivo.
- Barea Tejeiro, J., & Monzón Campos, J. (2006). *Manual para la elaboración de las cuentas satélite de las empresas de La Economía Social: cooperativas y mútuas*. Valencia: CIRIEC - España.
- Berryman, T., & Sauvé, L. (2016). *Ruling relationships unsustainable development and education for sustainable development*. J. Environ Education 47. doi:<https://doi.org/10.1080/00958964.2015.1092934>
- Borg, W., & Gall, M. (2002). *Educational Research: An Introduction*. New York: Person Education. Coleção Landranger Map.
- Bravo, R. (1991). *Técnicas de Investigação Social: Teoria e exercícios* (7 ed.). Madrid: Paraninfo.
- Campos, L. M., Sehnem, S., Oliveira, M. d., Rossetto, A. M., Coelho, A. d., & Dalfovo, M. S. (2013). *Relatório de Sustentabilidade : Perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão Global Reporting Initiative*. (Vol. 20). Revista Gestão & Produção. Obtido de <https://www.scielo.br/j/gp/a/96R88t5VprQhkPy7XzqrBFN/?lang=pt>.
- Chaves Ávila, R., & Monzón Campos, J. (2008). *La Economía Social en la Unión Europea*. Bruxelles: Comité Económico y Social Europeo.
- Coheur, A. (2015). *Livro Branco Social Economy Europe. A Economia Social...retomar a iniciativa. Propostas para fazer da economia social um pilar da União Europeia*. Social Economy Europe. Obtido de <https://www.cases.pt/livro-branco-economia-social-retomar-a-iniciativa-2/>
- Constituição da República Portuguesa*. (s.d.). Obtido de <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Conta Satélite da Economia Social*. (2019/2020). Obtido de <https://www.cases.pt/estatisticas-da-economia-social/>
- Coraggio, J. (2011). *Economia Social e Solidária: O trabalho antes do Capital* (1ª ed.). Equador: Fundação Rosa Luxemburg.
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Edições Almedina.
- De Masi, D., & Palieri, M. (2000). *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Defouny, J., Fonteneau, B., & Develtere, P. (1999). *Le fil conducteur de l'ouvrage: enjeux et chantiers de l'économie sociale*. Bruxelles: Deboeck.
- Defourny, J. (1992). *Contextos y Funciones de un Tercer Gran Sector*. España: Ciriec.


- Defourny, J. (2001). *Entrevista concedida a Noelle Lechat pelo Diretor do Centre d'Etudes Sociales*. Liège, Bélgica.
- Dunoyer, C. (1786-1862). *Nouveau traité d'économie sociale, ou Simple expositio des causes sous l'influence desquelles les hommes parviennent à user de leurs forces avec le plus de liberté, c'est-à-dire avec le plus de facilité et de puissance*. Biliothèque Nacional de France.
- Economics of Natural Resources and the Environment*. (s.d.). doi:10.2307/3146419
- Estatuto das IPSS - atualizado, Lei 76/2015 de 28 julho*. (2015). Obtido de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/76-2015-69879421>
- Estatuto das IPSS DL 119/83 de 25 fevereiro*. (1983). Obtido de <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1983-165201113>.
- Europeu, R. d. (2009). *Economia Social*. Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52009IP0062>
- Ferreira, S. (2009). *Terceiro Setor - Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina.
- Foundation, E. M. (2015). *Growth Within: A Circular Economy Vision for a Europa Competitiva 100*.
- Fukuyama, M. (2018). *Sociedade 5.0: Aiming for a new human-centered society* (Vol. 5). Japan Spotlight.
- Garrido, A. (2016). *Uma história da economia social. Cooperação e solidariedade*. Lisboa: Tinta da China.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O Inquérito-Teoria e prática*. (C. L. Pires, Trad.) Celta Editora.
- Guélin, A. (1998). *L'invention de l'économie sociale*. Paris: Econômica.
- Guerra, I., & Ferreira, F. (2014). *Organizações de Economia social: coexistência, exemplo ou alternativa*. Dinamias Cet.
- Hill, M., & Hill, A. (1998). *Investigação empírica em ciências sociais: Um guia introdutório*. Lisboa.
- Inquérito ao Setor da Economia Social*. (2018). Lisboa: INE - Instituto Nacional de Estatística. Obtido de www.ine.pt/xurl/pub/450307417. ISSN 2184-7932. ISBN 978-989-25-0557-2
- Inquérito ao Setor da Economia Social: 2018*. (2020). Lisboa: INE - Instituto Nacional de Estatística. Obtido de : <https://www.ine.pt/xurl/pub/450307417>
- Instituto António Sérgio*. (s.d.). Obtido de www.cases.pt
- ISES 2018 - Inquérito ao Setor da Economia Social*. (s.d.). Obtido de <https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2020/11/ISES.pdf>
- Ishikura, Y. (2019). *Sociedade 5.0: Uma nova sociedade centrada no ser humano*. Obtido de <https://www.linkedin.com/pulse/sociedade-50-uma-nova-centrada-ser-humano-felipe-soares/?originalSubdomain=pt>
- Johnston, A. (2007). *Higher Education for Sustainable Development*. Final Report of International Action Research Project. Obtido de [://www.oecd.org/education/innovationeducation/centreforeffectivelearningenvironmentscele/45575516.pdf](http://www.oecd.org/education/innovationeducation/centreforeffectivelearningenvironmentscele/45575516.pdf)

- Kirchherr, J., & Piscicelli, L. (2019). *Towards an Education for the Circular Economy (ECE): Five Teaching Principles and a case Study, Resources, Conservation and Recycling*. (Vol. 150). doi:<https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2019.104406>
(<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921344919303015>)
- Kopnina, H. (2017). *Future scenarios for sustainability education the future we want*. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/313493163_Future_scenarios_for_sustainability_education_the_future_we_want
- Lange, D., Busch, T., & Delgado Ceballos, J. (2012). *Sustainability in Organizations*. (J. o. Ethics, Ed.)
- Lei de Bases da Economia Social Lei 30/2013 - Diário da República nº 88/2013 - Série I de 2013-02-08*. (s.d.). Obtido de <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/30-2013-260892>
- Lima, F. (2023) *Conta Satélite da Economia Social 2019-2020*. Obtido de <https://www.cases.pt/estatisticas-da-economia-social>
- Locatelli, P. M. (2016). *Proposta de um instrumento económico para viabilizar o pagamento por serviços ambientais urbanos aos catadores de materiais recicláveis*. Ipea.
- MacArthur, F. E. (2016). *Ativos Inteligentes: Desbloqueando a Economia Circular Potencial*. Obtido de https://archive.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/publications/IA_Portuguese_1.pdf
- MacArthur, F. E. (2018). *Recursos de ensino e aprendizagem*. Obtido de <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/our-work/activities/schools-colleges/learning-learning-resources>
- Monzón, J., & Campos, J. (2006). *Economia Social y conceptos afines: fronteras borrosas y Portugal des conceptuales del Tercer Setor*. VALÊNCIA: Revista de Economia Pública, Social y Cooperativa. Obtido de <https://circulareconomy.pt/sobre-economia-circular/>
- Moreau, V., Sahakian, M., Griethusen, P., & Vuille, F. (2017). *Coming Full Circle. Why social and institutional dimensions matter for the circular economy* (Vol. 21/3). *Jornal de Ecologia Industrial*. doi:10.1111/jiec.12598
- Moreira, S. B. (s.d.). *Fundamentos de Economia Social - Os desafios da gestão nas organizações sociais - Uma visão Multidisciplinar*. Silabo.
- Nidumolu, R., Prahalad, C., & Rangaswami, M. (2009). *Why sustainability is now the key driver of innovation?* (Vol. 87/9). *Harvard Business Review*. doi:<https://doi.org/10.1109/EMR.2013.6601104>
- Observador online - Entrevista*. (2022). Obtido de <https://observador.pt/2022/01/11/economia-social-vai-ter-centro-de-formacao-especifico-para-criar-curriculos-e-programas/>
- Pandey, N., & Vedak, V. (s.d.). *Transformação estrutural da educação para o desenvolvimento sustentável*. doi:[doi:10.1504/IJESD.2010.030063](https://doi.org/10.1504/IJESD.2010.030063)
- Pearce, D., & Turner, R. (1989). *Economics of Natural Resources and the Environment*. doi:10.2307/3146419
- Pitacas, J., & Reto, L. (2020). *A Economia Social numa visão plural*. . Centro de Estudos da Economia Pública e Social - CEEPS - 40 anos. Associação Mutualista Montepio.

- Plano de ação para a Economia Circular em Portugal - Diário da República 1ª série -nº 236 -11 dezembro 2017.* (s.d.). Obtido de <https://www.portugal.gov.pt/downloadficheiros/ficheiro.aspx?v=71fc795e-90a7-48ab-acd8-e49cbbb83d1f>
- Plano de Recuperação e Resiliência Portugal.* (2023). Obtido de <https://recuperarportugal.gov.pt/>
- Pontelli, G., Favarin, R. R., Kneipp, J., Carvalho, L. M., Gomes, C. M., & Bichueti, R. S. (s.d.). *Reflexos da pandemianda covid-19 no modelo de negócios orientado para a sustentabilidade de empresas industriais.* Obtido de <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/a0608743660c09feb35a28905143a085.pdf>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (s.d.). *Manual de investigação em Ciências Sociais.* Paris: Trajetos.
- Reis, L., & Silveira, C. (2022). *A Sociedade 5.0 e as tecnologias de informação e comunicação como fator impulsionador da melhoria do tempo em família.* Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.26/39411>
- Report of the world Commission on Environment and Development: Our Common Future, Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento.* (1987). Oslo.
- Resolução da ONU sobre ESS e desenvolvimento sustentável.* (s.d.). Obtido de https://unsse.org/wp-content/uploads/2023/05/A_RES_77_281-EN.pdf
- Resolução do Conselho de Ministros nº 190-A/2017 - Diário da República nº 236/2017, 2º suplemento, Série I de 2017/12/11.* (s.d.). Obtido de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/190-a-2017-114337039>
- Resolução do Parlamento Europeu 2022/2648 - Um modelo para o futuro.* (2022). Obtido de https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2022-0141_PT.html
- Sachs, W. (1992). *Environment.* Esd Books, Ltd.
- Sauvé, W., Bernard, S., & Sloan, P. (2016). *Environmental sciences, sustainable development and circular economy: Alternative concepts for trans-disciplinary research.* (Vol. 17). Environmental development.
- Schroeder, P., Anggraeni, K., & Weber, U. (2018). *The relevance of Circular Economy Practices to the Sustainable Development Goals.* Journal of Industrial Ecology.
- Schumpeter, J. (1961). *Capitalismo, socialismo e Democracia.* Rio de Janeiro: Oficina da Cultura.
- Shiroshi, Y., Uchiyama, K., & Suzuki, N. (2018). *Society 5.0: For human security and well-being.* Obtido de <https://www.computer.org/csdl/magazine/co/2018/07/mco2018070091/13rRUwIF64L>
- Smaniotto, R. A. (2020). *A integração da economia circular na noção de desenvolvimento sustentável: o papel do estado e das indústrias na promoção da circularidade.* Obtido de <https://repositorio.ucs.br/11338/6719>
- Smith, T. (1987). *That which we call welfare by any other name would smell sweeter: an analise of the impact of question wording on response patterns.* Public Opin Q.51.
- Soares, F. (2019). *Sociedade 5.0: Uma nova sociedade centrada no ser humano.* Obtido de <https://www.linkedin.com/pulse/sociedade-50-uma-nova-centrada-ser-humano-felipe-soares/?originalSubdomain=pt>

- Souza, N. J. (2007). *Desenvolvimento Económico* (5 ed.). São Paulo: Atlas.
- Torrinha, F. (1939). *Dicionário Português-Latino*. Domingos Barreira.
- Tratado de Lisboa - Journal oficial da UE n° 115 de 09/05/2008*. (2008).
- Travassos, R. (2022). *A economia circular como resposta aos desafios de responsabilidade ambiental, no setor vitivinícola no distrito de sETÚBAL*. Obtido de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/42453>
- UE. (2015). *Social Economy Europe - Livro Branco da Economia Social - Retomar a Iniciativa*. Obtido de https://www.cases.pt/wp-content/uploads/PT-Livro_Branco_ES_do_SEE.pdf
- UNESCO - Década da educação das Nações Unidas para um desenvolvimento sustentável. 2005-2014*. (2005). Brasília: Unesco. Obtido de https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139937_por/
- Walls, A., & Schwarzin, L. (2009). *Sustainability is now the key driver of innovation?* (Vol. 87/9). Harvard Business Review.

Anexo 1 – Questionário



Sustentabilidade dos R's na Economia Social em Organizações de Apoio no Distrito de Setúbal

Este questionário enquadra-se no âmbito do Mestrado em Ciências Empresariais da Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE), do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS).

O objetivo do mesmo é aferir as perceções dos dirigentes de Organizações do Terceiro Setor no que respeita a sustentabilidade ambiental neste setor, também denominado de Economia Social e Solidária.


Gostaria de convidá-lo a fazer parte deste estudo de investigação. A sua decisão em participar é voluntária e a confidencialidade e uso dos dados recolhidos serão afetos apenas a este estudo. Os dados serão tratados a nível global e não individual.

Caso tenha alguma dúvida no preenchimento do formulário ou necessite de alguma informação sobre o mesmo, contacte: anavizinho.esce.ips.setubal@gmail.com


* Required

Organização


Com o objetivo de conhecer melhor a vossa Organização, agradeço o preenchimento das seguintes perguntas. Relembro que todos os dados são confidenciais e estritamente utilizados para a elaboração deste trabalho. As respostas a estas perguntas não são todas obrigatórias.

1: Em que tipo de Organização Social está inserido? * 


- IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social
- CERCI - Cooperativa Para Educação E Reabilitação de Cidadãos Inadaptados
- Fundação de Solidariedade Social
- Associação de Solidariedade Social
- Associação Mutualista
- Misericórdia
- Centro Social e Paroquial
- Cooperativa de Solidariedade Social
- Outro

2. Em que tipo de Organização Social está inserido? * 


- IPSS
- CERC
- Fundação de Solidariedade Social
- Associação de Solidariedade Social
- Associação Mutualista
- Misericórdia
- Centro Social e Paroquial
- Cooperativa de Solidariedade Social
- Outro

3. Localização - Concelho * 


Enter your answer

4. Freguesias em que a Organização atua * 

Enter your answer:

5. Em que ano foi criada a Organização? * 

Enter your answer

6. A Organização recebe apoios da comunidade, designadamente: * 

- Segurança Social
- Câmara Municipal
- Junta de Freguesia
- Empresas
- Comércio local
- Particulares
- Outro (s)

7. Se respondeu outros, indique o(s) tipo(s) de apoio.

Enter your answer

8. A Organização está ligada a alguma estrutura representativa (CNIS, União das Misericórdias,...)? *

Sim

Não

9. Se sim qual ou quais?

Enter your answer

10. Qual ou quais as valências em que a Organização atua? *

Creche

Jardim de infância

Pré-Escolar

Escola 1º ciclo

Educação Especial

CAO - Centro de Atividades Ocupacionais (crianças, jovens ou adultos)

Centro de Dia

Lar Residencial de crianças ou jovens

Residencial Sénior

ERPI - Estrutura Residencial para Idosos

Serviço Apoio ao Domicílio

Apoio a pessoas com deficiência

Atendimento/Acompanhamento social

Ajuda Alimentar

Centro comunitário

Outro

11. Quantos utentes tem a vossa Organização? (indique um número aproximado) [?]

Enter your answer

12. Quantos funcionários tem a vossa Organização? (indique um número aproximado) [?]

Enter your answer

13. Quantos voluntários tem a vossa Organização? (indique um número aproximado) [?]

Enter your answer

Sustentabilidade dos R's na Economia Social em Organizações de Apoio no Distrito de Setúbal

* Required

Sustentabilidade na Organização

Ao longo do tempo, as Organizações têm mudado a sua forma de ver o futuro.

Sustentabilidade é um conceito relacionado ao desenvolvimento sustentável, ou seja, formado por um conjunto de ideias, estratégias e demais atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas, que ajudam a preservar o ambiente para as gerações futuras.

14. A Organização opta por processos renováveis e naturais nos aspetos que se seguem

1 - (nunca)

5 - (sempre)

NA/NS - (não aplicável/não sabe) *

	1	2	3	4	5	NA/NS
A Organização aposta na inovação dos serviços e/ou processos internos, visando introduzir recursos e energias renováveis e desenvolver novas soluções imitando o que acontece na natureza	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Organização incentiva a reciclagem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Organização incentiva a reutilização de materiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Organização substitui os materiais e processos por sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A
Organização
substitui
materiais e
processos
internos
físicos (como
por exemplo
papel
impressos)
por novas
tecnologias
digitais
(desmaterializ
ação)

<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

A
Organização
possui
parcerias de
sustentabili
dade com
outras
entidades?

<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

15. A opinião da Organização no que respeita à sociedade e meio ambiente

1 - (nenhuma concordância)

5 - (total concordância)

NA/NS - (não aplicável/não sabe) *

1	2	3	4	5	NA/NS
---	---	---	---	---	-------

A
Organização
incentiva a
criação de
ligações com
as
comunidades
locais e
demais
parceiros
para a
geração de
benefícios
sociais e
ambientais

<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

A
Organização
cria
mecanismos
para retirar
os maiores
benefícios
possíveis da
sustentabilidade
de
(incubadoras
de
sustentabilidade
de e
plataformas
de partilha de
ideias
internas e/ou
externas)

A
Organização
investe no
desenvolvimento
de
soluções
sustentáveis
para a
sociedade e
meio
ambiente


A
Organização
incentiva
práticas
sustentáveis
para garantir
o bem-estar
dos parceiros
(funcionários,
utentes,
fornecedores,
outros)

A
Organização
desenvolve
ações que
encorajam o
consumo
sustentável
pelos
utilizadores
finais, ou
adoção de
estilos de
vida mais
sustentáveis

16. Refira a importância das seguintes situações para a vossa Organização ?

1 - (pouco)

5 - (muito)

NA/NS - (não aplicável/não sabe) * 

	1	2	3	4	5	NA/NS
Utilizar lâmpadas economizadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desligar os equipamentos elétricos, não os deixando em standby.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desligar ou reduzir a luz em áreas não ocupadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover o reaproveitamento de água quando possível	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As torneiras possuem redutores de caudal.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os autoclismos possuem redutores de água.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Utilizam dispensadores de água para consumo dos utentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Reutilizar a água de cozer legumes para fazer sopa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Evitar utilizar garrafas de água em plástico.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Evitar a utilização de copos e pratos descartáveis

Colocar os resíduos alimentares para compostagem

Fazer a separação do lixo em ecopontos

As refeições são equilibradas (à idade do utente) para evitar desperdício

Promover a redução do uso de papel

Utilizar materiais reciclados nas atividades desenvolvidas

Utilizar materiais biodegradáveis nas atividades desenvolvidas

Promover o consumo consciente dos recursos naturais


Adquirir produtos alimentares a produtores locais

Promover o aumento de áreas verdes na envolvente para criação de hortas ou jardins


17. A nível de sustentabilidade, a vossa Organização

1 - Muito


2 - Pouco

NA/NS - (não aplicável/não sabe) * 

	1	2	3	4	5	NA/NS
Promovem a sensibilização dos utentes para a importância de contribuir para um mundo mais sustentável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promove a sensibilização dos funcionários para a importância de contribuir para um mundo mais sustentável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

18. A nível do consumo energético, escolha as opções aplicáveis ... * 

- Utilizam energia da rede elétrica nacional
- Utilizam energias renováveis do tipo solar térmico
- Utilizam energias renováveis do tipo solar fotovoltaico
- Utilizam sistemas de controlo de temperatura ambiente passivos (vidros duplos, etc.)
- O aquecimento das instalações é elétrico
- O aquecimento das instalações é a gás
- O aquecimento das águas é feita por sistema elétrico
- O aquecimento das águas é feita por sistema de gás
- Não possuem aquecimento

19. A comida que sobra do refeitório... * 

- É distribuída pelos funcionários
- É convertida noutra comida
- Reutilizada no dia seguinte
- É distribuída pelos utentes para refeição em casa
- Distribuída a famílias carenciadas
- Vai para o lixo
- Outro

Sustentabilidade dos R's na Economia Social em Organizações de Apoio no Distrito de Setúbal

* Required

Os R's da sustentabilidade aplicados à Economia Social e Solidária

De que forma a Organização é sustentável na aplicação da política dos R's.

A política dos R's consiste em ações importantes com a finalidade do impacto dos resíduos sobre o meio ambiente serem reduzidos. A tentativa de reduzir a geração de resíduos através da mudança de atitudes, consumo e hábitos.

Com a crescente preocupação com o ambiente e a sua sustentabilidade, os R's (3 iniciais) aumentaram (neste momento são 10). Refira a sua importância para a sua Organização.

20. Refira qual o papel da sua Organização em relação aos produtos ou situações seguintes *

	Materials poluentes	Plásticos	Resíduos alimentares	Papel/Cartão	Vidro	Revistas/Jornais	Dar 2ª vida a vestuário
RECUSAR - produtos que agredem a natureza e não respeitam a legislação ambiental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
REPENSAR - atitudes diárias e consumo consciente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
REDUZIR - pegada ecológica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
REUTILIZAR - o que seria descartado dando-lhe outro destino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
REPARAR - o que tem conserto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
RECICLAR - quando não tem uso ou conserto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

REINTEGRAR

- devolver à natureza o que dela veio.
Exemplo:
Compostagem de lixo orgânico.

RESPEITAR

- a vida e os seres vivos, as pessoas, seu trabalho e escola, o ambiente e a natureza

RESPONSABILIZAR-SE

- pelos seus atos e os impactos que eles causam

REPASSAR

- os conhecimentos que podem ajudar a tornar o mundo melhor e sustentável

21. Refira qual o papel da sua Organização em relação aos produtos ou situações seguintes * 

	Objetos recreativos (brinquedos, jogos)	Livros	Material Escolar	Materiais obsoletos ou avariados	Dar 2ª vida a vestuário	Emissão de Carbono	Resíduos naturais
RECUSAR - produtos que agredem a natureza e não respeitam a legislação ambiental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
REPENSAR - atitudes diárias e consumo consciente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
REDUZIR - pegada ecológica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
REUTILIZAR - o que seria descartado dando-lhe outro destino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
REPARAR - o que tem conserto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
RECICLAR - quando não tem uso ou conserto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
REINTEGRAR - devolver à natureza o que dela veio. Exemplo: Compostagem de lixo orgânico.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
RESPEITAR - a vida e os seres vivos, as pessoas, seu trabalho e escola, o ambiente e a natureza	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

RESPONSABILIZAR-SE -

pelos seus atos e os impactos que eles causam



REPASSAR -

os conhecimentos que podem ajudar a tornar o mundo melhor e sustentável



Sustentabilidade dos R's na Economia Social em Organizações de Apoio no Distrito de Setúbal

* Required

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Portugal é um dos países que aprovou e quer contribuir para os ODS, aprovados na Assembleia Geral da ONU em 1 de Janeiro de 2016, com o tema "Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável", tendo objetivos próprios legislados para a meta de 2030.

22. Com base nos Objetivos definidos na Agenda 2030, qual a importância dos mesmos para a vossa Organização no sentido em que podem ou estão a contribuir para os mesmos.


1 - (Pouco importante)

5 - (Muito importante)


NA/NS - (não aplicável/não sabe) *

	1	2	3	4	5	NA/NS
ODS 1 - Erradicar a pobreza	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 2 - Erradicar a Fome	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 3 - Saúde de qualidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 4 - Educação qualidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 5 - Igualdade de género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 6 - Água potável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 7 - Energias renováveis e acessíveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>


ODS 9 - Indústria, inovação e infraestruturas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 10 - Reduzir as desigualdades	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 12 - Produção e consumos sustentáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 13 - Ação climática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 14 - Proteger a vida marinha	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 15 - Proteger a vida terrestre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ODS 17 - Parcerias para a implementação dos objetivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

23. Para além dos aspetos já referidos, indique outras boas práticas que a vossa Organização promova em prol da sustentabilidade. 

Enter your answer

24. Na sua opinião, quais os principais desafios que a vossa Organização encontra ao promover a sustentabilidade? 

Enter your answer

25. Caso pretenda receber os resultados deste estudo coloque o seu endereço de email 

Enter your answer



Sustentabilidade dos R's na Economia Social em Organizações de Apoio no Distrito de Setúbal

Obrigado pela sua participação.



Agradeço a sua disponibilidade no preenchimento deste inquérito, a sua participação é muito importante para este estudo.

Anexo 2

Tabulação cruzada Qual ou quais as valências em que a Organização atua? * Em que tipo de Organização Social está inserido?

% em Em que tipo de Organização Social está inserido?

Qual ou quais as valências em que a Organização atua?	Em que tipo de Organização Social está inserido?						Total
	CERCI - Cooperativa Para Educação E Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;	Cooperativa de Solidariedade Social;	Fundação de Solidariedade Social;	IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social;	Misericórdia;	Outro;	
Ajuda Alimentar;				4,3%			2,8%
Ajuda Alimentar;CAO - Centro de Atividades Ocupacionais (crianças, jovens ou adultos);				4,3%			2,8%
Atendimento/Acompanhamento social;Ajuda Alimentar;Outro;				13,0%			8,3%
CAO - Centro de Atividades Ocupacionais (crianças, jovens ou adultos);				8,7%			5,6%
CAO - Centro de Atividades Ocupacionais (crianças, jovens ou adultos);Apoio a pessoas com deficiência; Lar Residencial de crianças ou jovens; Educação Especial;Outro;	50,0%						2,8%
Centro comunitário;				4,3%			2,8%
Centro de Dia;				8,7%			5,6%
Centro de Dia;Serviço Apoio ao Domicílio;				4,3%			2,8%
Centro de Dia;Serviço Apoio ao Domicílio; Atendimento/Acompanhamento social;Ajuda Alimentar;Centro comunitário;		100,0%					2,8%
Creche;				4,3%			2,8%
Creche;Centro de Dia; Serviço Apoio ao Domicílio; Ajuda Alimentar; Atendimento/Acompanhamento social;				4,3%			2,8%
Creche;Jardim de infância;				4,3%			2,8%
Creche;Jardim de infância; Atendimento/Acompanhamento social;Ajuda Alimentar;Outro;				4,3%			2,8%
Creche;Jardim de infância; Pré-Escolar;				4,3%			2,8%
Creche;Jardim de infância; Pré-Escolar;Ajuda Alimentar;				4,3%			2,8%
Creche;Jardim de infância; Pré-Escolar;Centro de Dia; ERPI - Estrutura Residencial para Idosos; Serviço Apoio ao Domicílio;				4,3%			2,8%
Creche;Jardim de infância; Pré-Escolar;Centro de Dia; Lar Residencial de crianças ou jovens;ERPI - Estrutura Residencial para Idosos;Serviço Apoio ao Domicílio; Atendimento/Acompanhamento social;Ajuda Alimentar;Centro comunitário;					25,0%		2,8%
Creche;Pré-Escolar;				4,3%			2,8%

Creche;Pré-Escolar;Centro de Dia;Serviço Apoio ao Domicílio;Outro;						20,0%	2,8%
Educação Especial;CAO - Centro de Atividades Ocupacionais (crianças, jovens ou adultos);Apoio a pessoas com deficiência; Outro;	50,0%						2,8%
Educação Especial;Outro;			100,0%				2,8%
ERPI - Estrutura Residencial para Idosos; Serviço Apoio ao Domicílio;				4,3%	50,0%		8,3%
Jardim de infância;Pré-Escolar;Escola 1º ciclo;						20,0%	2,8%
Outro;						20,0%	2,8%
Pré-Escolar;Creche;Jardim de infância;Escola 1º ciclo; CAO - Centro de Atividades Ocupacionais (crianças, jovens ou adultos); Educação Especial; Atendimento/Acompanhamento social;Outro;				4,3%			2,8%
Pré-Escolar;Escola 1º ciclo;						20,0%	2,8%
Serviço Apoio ao Domicílio;						20,0%	2,8%
Serviço Apoio ao Domicílio; Ajuda Alimentar;Centro comunitário;					25,0%		2,8%
Serviço Apoio ao Domicílio; Atendimento/Acompanhamento social;Ajuda Alimentar;Centro comunitário;Jardim de infância;Centro de Dia;Pré-Escolar;				4,3%			2,8%
Serviço Apoio ao Domicílio; Centro de Dia;				4,3%			2,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%